

ANGOLA

RELATÓRIO DE RESULTADOS 2023



NAÇÕES UNIDAS
ANGOLA





Índice

Prefácio	4
Equipa da ONU em Angola	6
Parceiros do sistema de desenvolvimento da ONU em Angola	7
CAPÍTULO 1 Principais desenvolvimentos no contexto nacional e regional	8
CAPÍTULO 2 Apoio do sistema de desenvolvimento da ONU às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável	12
2.1. Prioridades, resultados e realizações do Quadro de Cooperação.....	12
I. Transformação económica e social.....	14
II. Adolescentes, jovens e empoderamento das mulheres	26
III. Ambiente e capacidade de resiliência da população vulnerável	32
IV. Democracia e estabilidade	40
2.2. Apoio às parcerias e o financiamento da Agenda 2030	46
2.3. Resultados da política: ONU trabalhar em conjunto mais e melhor: ONU, coerência, eficácia e eficiência ...	50
2.4. Avaliações e lições aprendidas	52
2.5. Panorama financeiro e mobilização de recursos	53
CAPÍTULO 3 Foco principal da UNCT para 2024	54
Saúde.....	54
Educação.....	54
Segurança alimentar, biodiversidade e conservação	55
Emprego.....	55
Protecção Social	55
Promover a paz	55
Acrónimos.....	56

Prefácio



Zahira Virani
Coordenadora Residente da ONU



Em nome da Equipa das Nações Unidas (UNCT) em Angola, tenho o prazer de apresentar o relatório de resultados de 2023 do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para Angola (UNSDCF) 2020- 2023. Este relatório reflecte o nosso forte compromisso e esforços colectivos no apoio ao Governo de Angola para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

2023 foi o último ano de implementação do UNSDCF 2020-2023 e encerra o ciclo programático de quatro anos. Durante esse ciclo programático, fizemos os ajustes necessários informados pelos processos de monitorização e avaliação, incluindo as lições aprendidas, que permitem direccionar melhor as nossas intervenções nas Áreas Estratégicas Prioritárias de i. Transformação Económica e Social; ii. Adolescentes, Jovens e Empoderamento das Mulheres; iii. Ambiente e Resiliência das Populações Vulneráveis; e iv. Democracia e Estabilidade.

A jornada não foi fácil, no entanto, como Coordenadora Residente da ONU em Angola, tenho o orgulho de partilhar convosco este relatório, que mostra as nossas contribuições para as prioridades do país. Convido-vos a ler este relatório, não só para celebrar as realizações e os marcos alcançados no nosso caminho para o desenvolvimento sustentável, mas também para reconhecer os desafios enfrentados ao longo de 2023.

O Sistema das Nações Unidas, composto por 22 entidades, entre agências, fundos e programas presentes fisicamente e não fisicamente, trabalhou lado a lado com

outros parceiros de desenvolvimento e com o Governo para melhorar a vida do povo angolano, pelo que não se poupou a esforços para concretizar as quatro áreas de resultados.

Apesar dos desafios existentes, os parceiros da ONU contribuíram para áreas como a educação, a saúde, o empoderamento das mulheres, o emprego dos jovens, a formulação de políticas, as medidas de protecção social, a resiliência climática, bem como a alimentação e a agricultura. O apoio da ONU ao povo angolano manteve-se inabalável.

Durante o ano em referência, o sistema da ONU, juntamente com o Governo, desenvolveu e assinou o novo UNSDCF 2024-2028. O documento inclui quatro Áreas Estratégicas Prioritárias, nomeadamente: i. Pessoas - Desenvolvimento do Capital Humano, ii. Paz - Governação Democrática e Direitos Humanos, iii. Prosperidade - Diversificação económica e sistemas alimentares sustentáveis, e iv. Planeta - Resiliência climática e recursos naturais sustentáveis, com o objectivo de contribuir para reforçar os esforços do Governo para acelerar a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em nome da equipa das Nações Unidas no país, expreso o meu apreço ao Governo de Angola e a todos os nossos parceiros de desenvolvimento, sem os quais o sistema das Nações Unidas não seria capaz de cumprir de forma significativa o nosso mandato de assegurar um crescimento sustentável, equitativo e inclusivo, sem deixar nenhum angolano para trás.

Equipa da ONU em Angola



Outros parceiros de desenvolvimento



Parceiros do sistema de desenvolvimento da ONU em Angola



Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)



Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC)



Delegação da União Europeia (UE)



Banco Europeu de Investimento (BEI)



Embaixada do Brasil



Embaixada do Reino de Espanha



Embaixada da República Popular da China



Embaixada da Turquia



Embaixada do Reino Unido



Embaixada da República de França



Embaixada da República da Eslovénia



Embaixada dos Estados Unidos da América



Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)



Gavi, a Aliança para as Vacinas



Fundo Mundial (GF)



Fundo Monetário Internacional (FMI)



Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)



Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MOFA)



Embaixada Real da Noruega



Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID)



Banco Mundial

Capítulo

1

Principais desenvolvimentos no contexto nacional e regional

Em 2023, Angola lançou a sua estratégia de longo prazo, “Angola 2050”, e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2023-2027, enfatizando ao centro – as pessoas e a sustentabilidade – na visão de desenvolvimento do país. A estratégia de longo prazo apela à aceleração das reformas, à promoção de uma transformação socioeconómica inclusiva no sentido da diversificação, à capacitação dos jovens e das mulheres através de um melhor acesso a serviços sociais de qualidade, a fim de colher um dividendo demográfico no futuro.

Apesar destas aspirações, Angola enfrentou factores económicos adversos significativos em 2023. A produção de petróleo abaixo do previsto, associada à remoção parcial dos subsídios aos combustíveis, conduziu a uma quebra das perspectivas macroeconómicas. As projecções

do crescimento real do PIB foram revistas em baixa para menos de um por cento em 2023 e três por cento em 2024, com o orçamento nacional a afectar uma parte substancial dos recursos ao serviço da dívida. A inflação subiu para 20% ao ano no final de 2023, acompanhada de uma forte desvalorização da moeda local e de preocupações quanto à sustentabilidade da dívida. Os esforços de diversificação económica ainda não estão a produzir os resultados desejados e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) nos sectores não petrolíferos continua a ser muito baixo, embora se espere colher os resultados dos esforços nacionais para melhorar o ambiente de negócios e combater a corrupção. De salientar que, em Dezembro, Angola retirou a sua adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), invocando interesses nacionais divergentes.



©FAO Angola



Neste contexto macroeconómico deteriorado, as taxas de desemprego voltaram a subir para quase 32%, especialmente entre os jovens (quase 60%), e com elevadas taxas de informalidade, em especial entre as mulheres (quase 90%), agravando os desafios sociais e económicos. Os investimentos na educação e no desenvolvimento de competências devem abordar a persistente desigualdade entre homens e mulheres, começando no ensino primário, alargando-se gradualmente ao ensino secundário e superior, incluindo a formação técnica e profissional, e afectando especialmente as zonas rurais, onde as infra-estruturas escolares básicas e as normas culturais representam obstáculos significativos à educação das raparigas.

No sector da saúde, Angola registou alguns progressos, nomeadamente em termos de redução das taxas de mortalidade infantil. No entanto, o acesso aos cuidados de saúde primários continua a ser limitado e condicionado pelas determinantes socioeconómicas da saúde, o que afecta particularmente as populações vulneráveis. A malária continua a ser uma das principais causas de mortalidade em Angola - um dos países mais afectados do mundo.

Como resultado dos últimos desenvolvimentos, Angola enfrentou barreiras para cumprir os critérios de graduação do seu estatuto de País Menos

Avançado (PMA), com um rendimento nacional bruto per capita em declínio e melhorias mínimas nos activos humanos e nos índices de vulnerabilidade económica, em consonância com a estagnação do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos últimos anos. Em dezembro de 2023, uma resolução da Assembleia Geral adiou a graduação de Angola de lista dos Países Menos Avançados (PMA), sublinhando os desafios de desenvolvimento que ainda se colocam.

No meio destas pressões socioeconómicas, os indicadores de governação de Angola revelaram resultados mistos. Embora se tenham registado progressos na melhoria do acesso à justiça e no aumento da participação política das mulheres, persistiram as preocupações relativas à corrupção, à liberdade de imprensa e aos direitos políticos. As classificações do país em vários índices de governação e transparência reflectem estes desafios. De acordo com o Índice Ibrahim de Governação Africana de 2022, Angola obteve uma pontuação inferior à média africana e à média dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (41,5 Angola, 48,9 média africana e 53,9 SADC), ocupando o 40.º lugar entre 54 países em 2021. O Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional para 2023 indicou que Angola estagnou nos 33 pontos desde 2022, terminando uma tendência ascendente

desde 2018. O Índice Mundial de Liberdade de Imprensa de 2023 indicou que Angola caiu da 99ª posição em 2022 para a 125ª. O Índice da Freedom House de 2023, que classifica o acesso aos direitos políticos e às liberdades civis, também registou uma tendência descendente; a pontuação de Angola caiu de 30 para 28 (em 100).

A nível internacional, Angola continuou a afirmar o seu papel de líder regional, assumindo posições de presidência em organizações como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e desempenhando um papel de mediação nos esforços de resolução de conflitos, nomeadamente relacionados com o Leste da República Democrática do Congo.

A região Sul de Angola registou uma grave insegurança alimentar devido a ciclos de seca consecutivos, o que agravou as vulnerabilidades das famílias. As organizações humanitárias internacionais destacaram a situação de Angola como a primeira entre as dez principais crises humanitárias esquecidas que receberam menos atenção dos meios de comunicação social em 2024, sublinhando a urgência de abordar a insegurança alimentar e as vulnerabilidades relacionadas com o clima.

As alterações climáticas surgiram como uma preocupação premente, com os ciclos de seca recorrentes e a erosão costeira a representarem riscos significativos para a segurança alimentar, meios de subsistência e infra-estruturas. Angola ratificou o Acordo de Paris, desenvolveu uma Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas e investiu em iniciativas de energias renováveis. No entanto, persistiram desafios, incluindo a dependência de lenha combustível nas zonas rurais e a desflorestação que contribui para as emissões de carbono.

Em resposta aos desafios multifacetados, Angola delineou uma visão estratégica centrada na diversificação económica, no desenvolvimento do capital humano e na resistência às alterações climáticas. A estratégia de longo prazo "Angola 2050" e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, dão prioridade às reformas da governação, à emancipação do género e ao acesso a serviços socioeconómicos de qualidade. Planos como o Planagrão, o Planapescaria e o Planapescas têm como objectivo reforçar a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola, assinalando uma mudança de crescimento impulsionado pelo petróleo. A agenda global de descarbonização, o esgotamento dos campos petrolíferos e o aumento da população jovem a entrar no mercado de trabalho, tornam a diversificação ainda mais urgente.

Em resumo, Angola enfrentou desafios significativos em 2023, caracterizados por volatilidade económica, vulnerabilidades sociais e riscos ambientais. Apesar destes obstáculos, o país articulou uma visão para o desenvolvimento sustentável, assente na diversificação económica, nas reformas da governação e na resiliência climática. O caminho a seguir exige esforços concertados para enfrentar os desafios sistémicos e desbloquear o potencial de desenvolvimento inclusivo e sustentável em Angola.

Capítulo 2

Apoio do sistema de desenvolvimento da ONU às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Monitoramento dos progressos das actividades da ONU

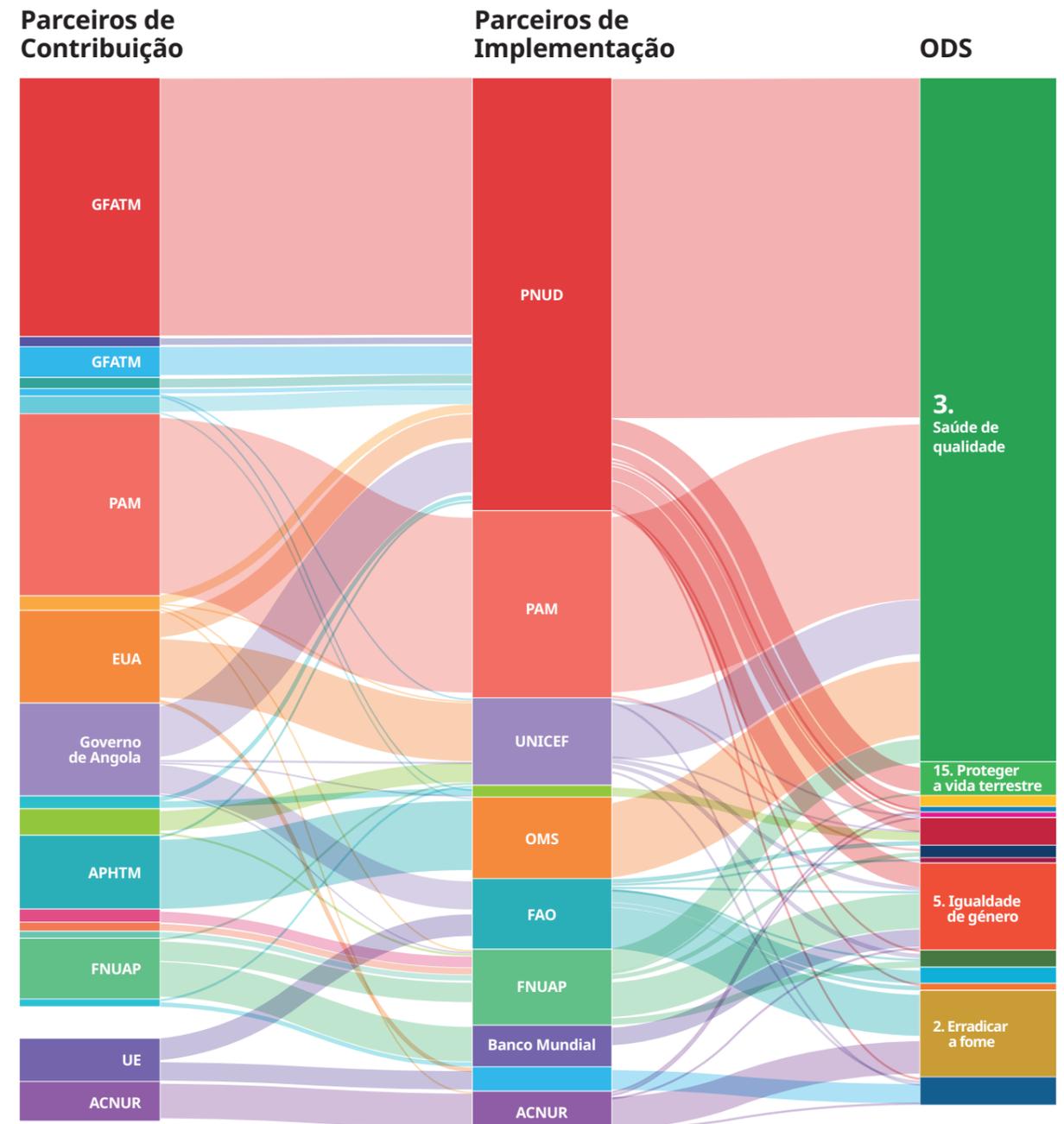
Actividades no Plano Conjunto por ODS



Alavancar os investimentos da ONU para acelerar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola

Este gráfico mostra como o financiamento da ONU está a contribuir para o trabalho das diferentes agências e parceiros para promover os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A espessura das linhas representa as contibiuições relativas à quantidade de recursos.

20 principais contribuidores

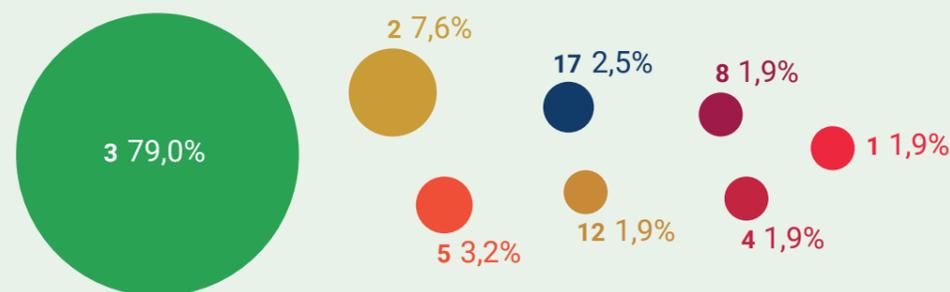


2.1 Prioridades, resultados e realizações do Quadro de Cooperação

I. Transformação económica e social



Programação Actividades no Plano Conjunto por ODS



Financiamento Recursos Disponíveis \$55,7 milhões



Saúde

A ONU e os principais parceiros de desenvolvimento apoiaram o Ministério da Saúde no reforço do programa de imunização de Angola através de uma campanha de vacinação maciça. Em 30 de outubro de 2023, pelo menos 80 por cento das crianças com menos de um ano de idade, em 60 dos 164 municípios angolanos (36,5 por cento), tinham sido vacinadas com três doses da vacina Diphtheria, Tetanus, Pertussis. Um total de 933.450 crianças recebeu uma primeira dose da vacina DTP (84,6 por cento) e 757.618 crianças com menos de um ano de idade receberam uma terceira dose da vacina DTP (66,8 por cento). Para além disso, um total de 83.195 crianças de dose zero com idades entre os 12 e os 59 meses receberam a sua primeira dose da vacina Diphtheria, Tetanus, Pertussis.

O sistema da ONU apoiou o Governo de Angola na realização de duas rondas de imunização contra a poliomielite, integrando a suplementação de vitamina A (SVA). A segunda campanha da poliomielite teve uma taxa de cobertura de 112 por cento (6.093.290 crianças) e o VAS integrado atingiu 4.087.018 crianças (75 por cento) em todas as províncias.

Pela primeira vez, foram produzidas provas sobre crianças com dose zero através da própria campanha da pólio, com um total de 45.092 crianças com dose zero com idades entre os 12 e os 59 meses

de nove províncias mapeadas com sucesso. Este exercício ajudou a aumentar a importância das crianças com dose zero a nível provincial e municipal e demonstrou a viabilidade de envolver as autoridades de saúde e os líderes comunitários na produção de dados locais para a tomada de decisão.

O Governo de Angola desenvolveu uma política de saúde comunitária com custos, que inclui a gestão comunitária integrada de casos de doenças infantis e nutrição, e um roteiro de saúde digital comunitária para impulsionar o seu programa de imunização. A ONU apoiou o Governo de Angola na defesa de um maior financiamento para a imunização e os cuidados de saúde primários (CSP) através do acompanhamento contínuo da Declaração de Luanda sobre Imunização e cuidados de saúde primários. O apoio técnico da ONU para desenvolver o plano Dose Zero, garantiu o financiamento de várias fontes, incluindo a Gavi e o Governo da Coreia. Aproveitando o financiamento da Gavi e devido ao facto de a ONU ter facilitado extensas campanhas de vacinação de proximidade nas províncias, foram feitos progressos significativos na vacinação de crianças com dose zero. Além disso, foram implementadas abordagens inovadoras, incluindo: o mapeamento de dose zero foi pioneiro durante as campanhas da poliomielite; as ferramentas de monitorização da imunização de rotina foram adaptadas; e foi adquirido



equipamento essencial, incluindo 280 frigoríficos solares directos para enfrentar os desafios da cadeia de frio em áreas de difícil acesso, garantindo o sucesso e a sustentabilidade dos esforços de imunização.

A Iniciativa Hospital Amigo dos Bebés em Angola foi revigorada, através da formação do pessoal de saúde. Esta iniciativa promove o aleitamento materno e melhora as práticas-chave desde a consulta pré-natal inicial até ao nascimento do recém-nascido e mais além, protegendo as crianças nos seus primeiros anos de vida com impactos que duram toda a vida. Um total de 120 profissionais de saúde adquiriu novas competências no protocolo nacional de gestão das doenças infantis e 30 adquiriram competências na utilização da plataforma do sistema de informação e gestão da saúde (DHIS2). O número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 59 meses adequadamente tratadas nas unidades de saúde aumentou, e a taxa de comunicação e conclusão dos dados relativos à saúde materno-infantil, à imunização e à nutrição em 566 unidades de saúde aumentou de 70% em 2022 para 82,5% em 2023.

Em 2023, a dotação do Fundo Global (FG) para o período de implementação do GC7 2024-2027 (VIH/SIDA, TB e Malária) atingiu 126 milhões de dólares. Isto representa um aumento de 53%, o maior na região do Fundo Global do Médio Oriente e África. Para além da subvenção GC6 (VIH/SIDA, TB e Malária) no valor de 82 milhões de dólares, o Fundo Global concedeu ainda US\$22,6 milhões de dólares através do seu mecanismo C19 RM, com um montante adicional aprovado para a subvenção em novembro de 2023 no valor de US\$ 1,8 milhões de dólares (transporte de amostras e gestão de resíduos). Isto antecipou um montante total de US\$ 24,6 milhões de dólares para apoiar a resposta nacional à COVID-19 para o período de 2021-2024. Por conseguinte, até Junho de 2024, terá sido aprovado um total de US\$ 231 milhões de dólares americanos para Angola, incluindo a nova dotação.

Angola é um dos poucos países de África que ainda não implementou a vacinação regular contra o vírus do papiloma humano (HPV) para proteger a

sua população do cancro do colo do útero. Após mais de três anos de negociação e coordenação, o Projecto de Resiliência Sanitária (PRS) teve início em Janeiro de 2023. Uma parceria entre o Governo de Angola, o Banco Europeu de Investimento e a ONU, o PRS dispõe de US\$ 55 milhões de dólares ao longo de dois anos para abordar acções de saúde pública identificadas nos sistemas de saúde do governo para beneficiar as pessoas necessitadas. Através do PRS, as actividades prioritárias incluem o foco nos direitos das mulheres e das jovens, no acesso aos serviços de saúde reprodutiva e materna, bem como nas intervenções de saúde preventiva, nos produtos de saúde e na tecnologia e inovação no domínio da saúde. Como tal, a ONU apoiará a introdução da vacinação contra o HPV no país com apoio técnico e financeiro. O objectivo é ajudar na aquisição, distribuição e administração de quatro milhões de doses de vacinas para proteger 2,1 milhões de raparigas angolanas.

As reuniões de coordenação com outros parceiros têm sido importantes para inserir esta iniciativa multi-institucional no ecossistema de saúde pública do país. O Banco Europeu de Investimento (BEI) e a missão conjunta das Nações Unidas apoiaram as prioridades nacionais de saúde, o plano de trabalho e as modalidades orçamentais, e os fundos do BEI foram finalmente disponibilizados para o país em Dezembro de 2023.

Para além disso, foi realizada uma série de reuniões técnicas e estratégicas com o Ministério da Saúde, o Ministério das Finanças e os parceiros que operam no país, incluindo a ONU, a União Europeia, o Banco Mundial, o Fundo Global, a Gavi, a USAID e a JICA. Estas reuniões permitiram que o PRS harmonizasse as actividades de saúde e obtivesse sincronia e complementaridade nas acções de apoio dos mecanismos de contrapartida (MINSA, MINFIN e outras agências governamentais). Por último, as Nações Unidas puderam apoiar o lançamento e a continuidade das sessões do Comité Diretor do PRS em 2023, que foram bem-sucedidas na integração das autoridades governamentais e dos parceiros envolvidos na gestão e implementação do Projecto de Resiliência Sanitária.



933.450

Crianças que receberam a primeira dose da vacina DTP



6.093.290

Crianças abrangidas na segunda campanha de poliomielite



4.087.018

Crianças que receberam suplementação de Vitamina A



102.561

Mulheres grávidas que conheciam seu status de HIV

Prevenção e tratamento do VIH

Um total de 102.561 mulheres grávidas que conheciam o seu estado de VIH (PMTCT-1) e 1.364 mulheres grávidas seropositivas receberam tratamento para a prevenção da transmissão vertical do VIH (PMTCT-2.1). Foram prestados serviços de prevenção do VIH a 47.330 raparigas adolescentes e jovens mulheres com idades compreendidas entre os 10 e os 24 anos que não frequentam a escola, recorrendo a estratégias de sensibilização baseadas na liderança, na capacitação e nas competências para a vida dos jovens (YP-1b). Um total de 6.797 trabalhadoras do sexo receberam um pacote de serviços de prevenção do VIH, que inclui estratégias de resposta à violência baseada no género. Um total de 1.970 homens que têm relações sexuais com outros homens receberam serviços de prevenção do vírus da imunodeficiência humana.

Tratamento da tuberculose

Foram notificados 8.295 casos de todas as formas de tuberculose, sendo que 6.001 casos de TB foram tratados com êxito. Foram notificados 311 casos de tuberculose resistente aos medicamentos. 301 casos de tuberculose resistente aos medicamentos iniciaram o tratamento. Relativamente aos indicadores de co-infecção TB/VIH, 7.433 doentes

com TB têm o seu estado de VIH documentado e 347 (99,4 por cento) doentes co-infectados estavam em TAR e tratamento da TB durante o período abrangido pelo relatório.

Prevenção e tratamento da Malária

Um total de 1,446,478 (94%) dos casos suspeitos de paludismo receberam um teste parasitológico nas unidades de saúde do sector público (o objetivo era 100%). Um total de 15,620 (99 por cento) casos suspeitos de paludismo receberam um teste parasitológico na comunidade, o que resultou em 607,676 (89 por cento) casos confirmados de paludismo que receberam um tratamento antimalárico de primeira linha numa unidade de saúde pública. Um total de 5,588 (81%) casos confirmados de malária receberam um tratamento antimalárico de primeira linha na comunidade. Até 30 de Junho de 2023, tinham sido entregues US\$ 63,955,008 do orçamento aprovado de US\$ 80,055,058 (80 por cento).

A ONU adquiriu 1 milhão de frascos do contraceptivo Sayana, que irá proteger cerca de 250.000 casais angolanos de uma gravidez não planeada. Este apoio foi prestado através do Programa Global de Fornecimentos de Saúde Reprodutiva.

Nutrição

O Governo de Angola adquiriu produtos nutricionais essenciais avaliados em quase US\$ 1.000.000 de dólares. Um total de 610.619 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses foram submetidas a um rastreio de desnutrição e 72.899 com desnutrição aguda grave foram admitidas num programa de tratamento. Através do envolvimento com as comunidades locais, 89.134 prestadores de cuidados de saúde receberam aconselhamento sobre nutrição materna, infantil e de crianças pequenas. Além disso, um total de 508 profissionais de saúde receberam formação sobre o protocolo nacional de gestão integrada da desnutrição aguda (IMAM), o que ajudou a reforçar a capacidade das unidades de saúde em matéria de gestão integrada da desnutrição aguda.

Em colaboração com o MINSA, as Nações Unidas intensificaram o seu programa específico de alimentação suplementar e de nutrição integrada, chegando a cerca de 135.000 crianças com menos de cinco anos, mulheres grávidas e lactantes, raparigas e respectivas famílias, com tratamento para a desnutrição aguda moderada e vales de produtos. A nutrição foi também integrada em todas as actividades do PAM para combater as causas subjacentes à desnutrição e melhorar o acesso e o consumo de regimes alimentares saudáveis e nutritivos.

Um total de 9.390 crianças em idade primária e suas famílias receberam refeições escolares sensíveis à nutrição e rações para levar para casa durante a época de escassez. Foi prestado apoio ao programa de alimentação escolar de emergência na província da Huíla para manter as crianças na escola e melhorar os resultados de aprendizagem, proporcionando uma rede de segurança fundamental para as populações vulneráveis. Nas escolas visadas, o programa contribuiu para taxas de retenção de 94 por cento e um aumento de 28 por cento nas matrículas. O PAM forneceu 30 por cento dos alimentos para a preparação das refeições a associações de agricultores locais, o que ajudou a aumentar a produção agrícola e a estimular a economia local.



A ONU reforçou as capacidades em matéria de nutrição, alimentação escolar e avaliação e análise da vulnerabilidade. Em conformidade com as prioridades nacionais de desenvolvimento, a ONU contribuiu para o desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança alimentar, apoiou a criação de mecanismos provinciais de coordenação da segurança alimentar, formou pessoal governamental e facilitou a Cooperação Sul-Sul com o Brasil para apoiar a criação de um programa de alimentação escolar sustentável e de origem nacional em Angola.

No âmbito da resposta aos refugiados, a ONU continuou a prestar assistência alimentar incondicional a cerca de 7.200 refugiados da República

Democrática do Congo que residem no assentamento de refugiados do Lóvua. Embora o número de refugiados que vivem no assentamento tenha diminuído significativamente desde o início do violento conflito na região do grande Kasai em 2017, a maioria continua a depender exclusivamente da assistência alimentar do PAM para satisfazer as suas necessidades básicas de alimentação e nutrição. Foram implementadas actividades de apoio aos meios de subsistência para 770 pessoas (83 por cento de refugiados e 17 por cento de comunidades de acolhimento), a fim de diminuir a dependência dos refugiados da assistência alimentar, aumentar a autossuficiência e promover a coesão social e a resiliência aos choques.

Protecção social

Foi publicada a avaliação do impacto do primeiro programa de transferências monetárias de Angola, o Valor Criança. Esta avaliação forneceu provas substanciais dos resultados positivos e dos benefícios das transferências monetárias para crianças dos zero aos cinco anos de idade, contribuindo para a defesa da institucionalização do programa nacional de transferências monetárias, avaliado em US\$ 420 milhões de dólares. O compromisso do Governo para com a continuação das transferências monetárias para crianças foi assumido através do seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2023-2027.

Através de uma missão de estudo da Cooperação Sul-Sul a Moçambique, Angola renovou o seu compromisso de rever a Lei da Protecção Social e de assegurar um mecanismo de coordenação multi-setorial funcional a nível nacional para continuar a apoiar a prestação de serviços sociais convergentes e integrados.

Considerando que a protecção social continua a ser uma prioridade estratégica para o Governo alcançar as suas prioridades de desenvolvimento, as Nações Unidas realizaram um estudo de escopo centrado no reforço do sistema de protecção social sensível ao choque em Angola. Com base na experiência a nível global, regional e nacional, o estudo visa fornecer informações sobre os principais desafios e oportunidades para abordar a vulnerabilidade multidimensional e identificar quais os elementos da programação que poderiam contribuir efectivamente para o reforço dos sistemas nacionais para uma protecção social mais adaptável, sensível ao choque, sensível aos alimentos e à nutrição e inclusiva. O estudo será finalizado em 2024 e discutido com as principais partes interessadas e parceiros. As suas contribuições irão reforçar os esforços do Governo de Angola para melhorar a relevância do sistema nacional de protecção social para abordar a vulnerabilidade recorrente da população através da assistência social básica e da protecção contra choques e factores de tensão previsíveis e imprevisíveis.

Reforço da capacidade institucional: Dados

Foi prestado apoio técnico e financeiro ao Ministério da Economia e Planeamento, ao Ministério das Finanças e ao Instituto Nacional de Estatística (INE) para desenvolver e estabelecer o Modelo Integrado dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O modelo permite uma compreensão abrangente do software Stella® Architect, melhora as competências para modificar o iSDG Angola e aumenta o conhecimento sobre a configuração do iSDG Angola para simulações de cenários. As competências adquiridas levarão a uma melhor compreensão e utilização do modelo iSDG para analisar e desenvolver políticas nacionais, com o objectivo de alcançar os ODS. Foram recolhidos dados nacionais abrangentes para garantir que as simulações do modelo iSDG fossem relevantes, realistas e valiosas para os decisores. A força das simulações do modelo iSDG depende em grande medida da qualidade dos dados introduzidos no sistema. A recolha de dados abrangentes a nível nacional foi analisada para fornecer um retrato exacto da situação actual do país relativamente a cada ODS. Os dados incluem uma série de informações diversas, desde o desempenho económico aos níveis de educação e ambiente e às estatísticas de saúde, e servem de base para as simulações do modelo iSDG para o país.

O apoio das Nações Unidas ao Instituto Angolano das Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) no que respeita ao processo de formalização dos microempresários informais conduziu ao reforço das capacidades operacionais, à criação de 1,414 novas microempresas, à criação de quatro postos PREI digitais em Luanda para registo em linha e à formalização dos operadores informais nos mercados locais.

A ONU, em parceria com o INE, publicou um estudo sobre a situação da economia informal em Luanda. O estudo revela desigualdades relacionadas com o género dentro da economia informal e recomenda que o Ministério da Economia e Planeamento, na nova política e programa sobre o processo de formalização, aborde uma maior coordenação institucional, a integração



de princípios de igualdade de género e a criação de incentivos para microempresários formalizados. Como parte da implementação do portefólio do Futuro do Trabalho, a ONU, em colaboração com o Governo Provincial de Benguela e Huíla, está a pilotar um programa de formação em inclusão digital, competências futuras e empreendedorismo, feito à medida para jovens e especialmente mulheres jovens em áreas rurais, e/ou ligadas à cadeia de valor dos sistemas agrícolas/alimentares. Até Janeiro de 2024, 20 formandos estavam em vias de concluir o programa de formação de formadores.

Foi prestada assistência técnica ao INE para incluir um Módulo do Índice de Desenvolvimento da Primeira Infância e dois módulos

internacionalmente aceites sobre deficiência (Washington Group Short Set on Functioning e Child Functioning Module) no Inquérito Demográfico e de Saúde, que deverá ser realizado em meados de 2024. Isto permitirá uma compreensão profunda da prevalência de deficiências em Angola e permitirá ao país medir o Indicador ODS 4.2.1. O apoio técnico ao INE incluiu a elaboração do questionário do Censo de 2024, que levou à inclusão de perguntas-chave relacionadas com Água, Saneamento em Higiene, protecção social, albinismo, protecção infantil e deficiência.

Foi prestado apoio técnico à Agência para o Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola para desenvolver o Mapa do Investidor dos Objectivos de Desenvolvimento

Sustentável. Isto conduziu a uma análise aprofundada dos sectores e subsectores-chave para o investimento sustentável, alinhando-os com a viabilidade económica e o impacto social. Os sectores identificados incluem alimentação e bebidas; cuidados de saúde; recursos renováveis e energias alternativas; infra-estruturas; sector financeiro; e serviços (turismo). Cada um deles oferece oportunidades de investimento únicas. Mais de 30 instituições, incluindo associações empresariais, investidores, empresas, organizações de serviços comunitários (OSC) e instituições de ensino superior, foram consultadas para explorar o potencial existente de alinhamento entre os investimentos de capital e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.



©PNUD Angola

No âmbito da iniciativa para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento das Estatísticas Agrícolas 2022-2025 dos Estados membros, o Ministério da Agricultura e Florestas, no âmbito da Estratégia Global para a Melhoria das Estatísticas Agrícolas e Rurais (GSARS), actualizou o Plano Estratégico Nacional para as Estatísticas Agrícolas e Rurais (SPARS) do país. O SPARS avalia a configuração actual do sistema nacional de estatísticas agrícolas, as acções prioritárias e o respectivo plano estratégico. Foi prestado um apoio alargado da ONU ao INE, para actualizar os preços dos produtos alimentares utilizando a Ferramenta de Monitorização e Análise dos Preços dos Produtos Alimentares (FPMA) da FAO. Isto permitiu a Angola efectuar análises mensais sobre a variação dos preços médios nacionais dos produtos alimentares nos diferentes mercados. Oito oficiais de estatísticas nacionais da divisão de Estatísticas Agrícolas e das Pescas foram formados em matéria de desenvolvimento de estatísticas de preços usando a Metodologia do Índice de Preços do Produtor para a Agricultura (PPI-A) da FAO.

Foi prestada assistência técnica ao Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura e das Florestas, ao Ministério da Acção Social e dos Assuntos da Mulher e ao Ministério das Pescas e Recursos Marinhos para melhorar as políticas públicas do sistema agroalimentar. A capacidade

nacional destas instituições foi reforçada para assegurar o desenvolvimento de políticas de inclusão social, de redução da pobreza e de geração de rendimentos para os pequenos agricultores. Como resultado, foram desenvolvidas quatro iniciativas de projectos e programas: i) Programa de Desenvolvimento da Extensão Rural (PEDR II) e Política de Agricultura Familiar; ii) Plataforma de Investimento na Economia Azul “Plataforma Blue Invest”; iii) Produção Sócio-Inclusiva; e iv) Programa de Explorações de Processamento de Peixe “Escomar”.

A ONU prestou assistência técnica e facilitou a participação da delegação angolana no Fórum de Investimento Hand in Hand da FAO, que teve lugar em Roma, Itália, em setembro de 2023. A delegação angolana incluiu o Secretário de Estado da Economia, o Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária, o Secretário de Estado da Indústria e o Secretário de Estado das Pescas e Recursos Marinhos, que apresentaram os planos de investimento do país em aves e cereais, com o objectivo de atrair investimento estrangeiro para os três Planos Estratégicos Nacionais (Planagrão, Planapecuária e Planapescas). O showroom de Angola apresentou a visão do Governo para a redução das importações, a promoção da produção nacional e as oportunidades de investimento, tanto nacionais como estrangeiras. Destacou também o potencial de Angola na produção agrícola.

Através do Ministério da Indústria e Comércio, Angola aderiu à iniciativa global “Um País, Um Produto Prioritário”, procurando facilitar o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas para produtos agrícolas, particularmente no sector da agricultura familiar. A cadeia de valor da mandioca foi escolhida como um produto prioritário. Neste quadro, a pedido do Ministério da Indústria e Comércio, foi desenvolvido um Programa Estratégico de Industrialização e Comercialização da Cadeia de Valor da Mandioca, centrado em quatro pilares estratégicos: (i) estímulo e incubação de pequenos operadores no sector da transformação da mandioca, (ii) substituição das importações de trigo e malte: farinha de mandioca semi-industrial para a indústria do pão e da cerveja; (iii) instalação de uma fábrica de fécula de tapioca; e (iv) criação de estruturas de apoio.

As Nações Unidas apoiaram o Departamento de Segurança Alimentar (DSA) no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SINSAN), no âmbito do projecto Reforço da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN), financiado pela União Europeia.

A ONU também prestou apoio técnico ao Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), desenvolvendo um sistema de recolha de dados sobre os preços dos factores de produção alimentar e agrícola. A ONU formou 34 funcionários do IDA na província do Huambo sobre a recolha de dados de preços, a utilização de tablets e a gestão da base de dados de preços. O sistema de recolha de dados sobre preços fornecerá dados ao SINSAN para análise das tendências da segurança alimentar e informará a concepção de programas agrícolas.

A ONU e os parceiros prestaram apoio técnico e desenvolvimento de capacidades ao MINSA para reforçar a governação local, a liderança e a gestão do Programa Nacional de Nutrição. Foi efectuado um estudo de escopo centrado na forma de reforçar os sistemas nacionais que podem ser mais adaptáveis, sensíveis ao choque, sensíveis à alimentação e à nutrição e inclusivos.

Promover o emprego

A ONU implementou uma abordagem de portefólio para uma gestão dinâmica do Futuro do Trabalho (FoW). Esta abordagem melhorou a coordenação, a concepção de propostas e o pensamento sistémico. Foram lançadas três opções estratégicas experimentais, incluindo um programa-piloto centrado nas habilidades do futuro e na inclusão digital nas zonas rurais para 20 jovens participantes, com uma representação de 50 por cento de mulheres. A vertente de inclusão digital visou fornecer competências digitais básicas, ferramentas para negócios digitais e soluções de comércio electrónico a jovens, em especial raparigas, em regiões periurbanas e rurais, melhorando as suas capacidades operacionais. Foi criada uma plataforma de coordenação, formando um grupo de trabalho para abordar o desemprego dos jovens. Foi introduzido um roteiro de acompanhamento, avaliação e aprendizagem, com a participação de parceiros externos. A carteira, utilizando os fundos existentes e os recursos do Laboratório de Aceleração, revela potencial para expansão através de fontes de financiamento alternativas. Está em curso um diálogo contínuo com potenciais doadores como o BAD, o BADEA, o Banco Mundial e a UE. O programa de Demonstração Profunda, orientado pela Unidade de Inovação Estratégica, facilitou uma rede de inovação de aprendizagem colectiva, contribuindo para a concepção de ferramentas e abordagens.

Em parceria com o Governo, a ONU disponibilizou recursos para a criação de duas salas de costura equipadas com 15 máquinas semi-industriais nas províncias de Luanda e Lunda Sul, para a formação em empreendedorismo e gestão da saúde menstrual de adolescentes e jovens mulheres. Um total de 65 adolescentes e jovens mulheres adquiriram competências de corte e costura, que lhes permitirão trabalhar por conta própria. Tornaram-se também mais conscientes do seu corpo, de como tomar decisões informadas sobre a sua saúde sexual, reprodutiva e menstrual.

Realizou-se em Luanda uma Reunião Conjunta dos Ministros da Saúde e dos responsáveis pelo VIH/SIDA na região da SADC, onde um dos painéis serviu para lançar o 2º Quadro de Resultados da SADC sobre Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SRHR), sob a responsabilidade do FNUAP.



Reforço das capacidades

Foi prestada assistência técnica ao Ministério da Economia e do Planeamento para apoiar a sua iniciativa AgroPRODESI. A assistência reforçou a capacidade dos principais intervenientes no sistema agroalimentar e no ecossistema agroindustrial em cinco áreas principais: i) desenvolvimento da cadeia de valor; ii) reforço de capacidades com gestores de cooperativas agrícolas; iii) reforço de capacidades e desenvolvimento de planos de negócios com prestadores de serviços de desenvolvimento de negócios; iv) orientação de jovens e mulheres no domínio do agro-negócio; e v) extensão académica sobre boas práticas na agricultura. No total, 521 gestores de cooperativas e 24 serviços públicos de apoio a produtores técnicos (IDA e INAPEM) receberam formação sobre os princípios fundamentais da gestão de cooperativas agrícolas, utilizando a metodologia My.Coop (A Minha Cooperativa) da FAO, com o objectivo de melhorar a capacidade de gestão financeira das cooperativas e o acesso ao mercado. Para facilitar o acesso das cooperativas agrícolas ao crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Crédito, 56 prestadores de serviços, formadores de bolsiros do INAPEM e técnicos de instituições bancárias receberam formação sobre a ferramenta de

desenvolvimento de planos de negócios “Rural Invest”, promovida pelo Centro de Investimento da FAO.

A ONU reforçou a capacidade em matéria de nutrição, alimentação escolar e avaliação e análise da vulnerabilidade. Em conformidade com as prioridades nacionais de desenvolvimento, contribuiu para o desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança alimentar, prestou assistência na criação de mecanismos provinciais de coordenação da segurança alimentar, formou pessoal governamental e facilitou a cooperação Sul-Sul com o Brasil para apoiar a criação de um programa de alimentação escolar sustentável e de origem nacional em Angola.

A capacidade do Governo em matéria de segurança alimentar e nutricional foi reforçada em conformidade com a segunda Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN-II).

Em colaboração com o Departamento de Segurança Alimentar (DSA) do Ministério da Agricultura e Florestas, 84 funcionários públicos das províncias do Cunene e do Namibe receberam formação e assistência na criação de grupos de trabalho provinciais de segurança alimentar (GTPSS).



Estes grupos são compostos por funcionários públicos provinciais e municipais dos departamentos de agricultura, saúde, protecção civil, assuntos sociais, educação, planeamento e estatística. Os GTPSS recolherão dados e, com a assistência técnica do Ministério da Agricultura e Florestas e da ONU, analisarão e produzirão avaliações sobre as tendências da segurança alimentar nas respectivas províncias para informar a tomada de decisão a nível local.

A ONU apoiou o Ministério da Saúde na promoção de um ambiente propício ao fortalecimento alimentar obrigatório em Angola, defendendo questões fundamentais pertinentes, como a criação de um grupo técnico de micronutrientes, o desenvolvimento de uma estratégia nacional de fortalecimento alimentar e um sistema de vigilância para monitorizar as deficiências de micronutrientes no país, com o envolvimento de organismos governamentais, do sector privado e de parceiros internacionais.

Inclusão social dos refugiados

O país retomou o registo de refugiados em Agosto de 2023, concentrando-se nos indivíduos com documentos caducados. No final do ano, as autoridades de Luanda retomaram o registo de 1.041



1.041

Refugiados re-registrados

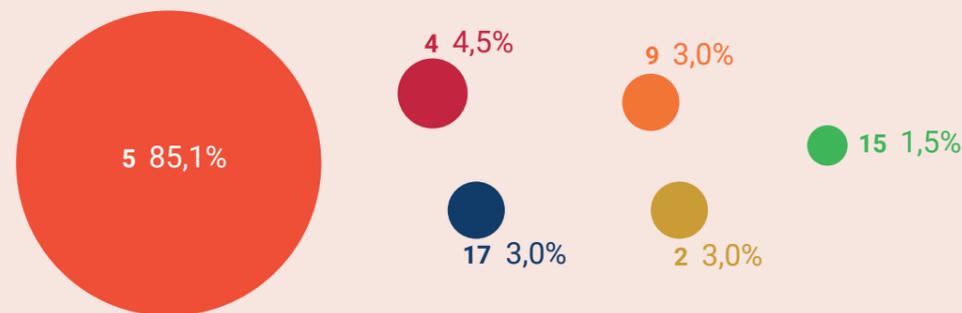
refugiados. Além disso, as autoridades anunciaram que todos os requerentes de asilo processados antes de 2015 seriam automaticamente reconhecidos. No caso das declarações de cessação, são agora concedidas autorizações de residência a todos os indivíduos afectados. Os refugiados documentados têm acesso a cuidados de saúde, educação, assistência social e oportunidades para estabelecer meios de subsistência sustentáveis, alinhando com os privilégios dos cidadãos angolanos. Isto reduz os riscos de detenção, deportação e exploração.

Angola desempenhou um papel fundamental no apoio aos refugiados, aos requerentes de asilo e no combate à apatridia, assegurando uma posição permanente no Comité Executivo do ACNUR e contribuindo financeiramente para o ACNUR em 2023. O país enviou uma delegação de alto nível de 19 membros para o Fórum Global de Refugiados (FGR), reafirmando os seus compromissos assumidos no FGR de 2019.

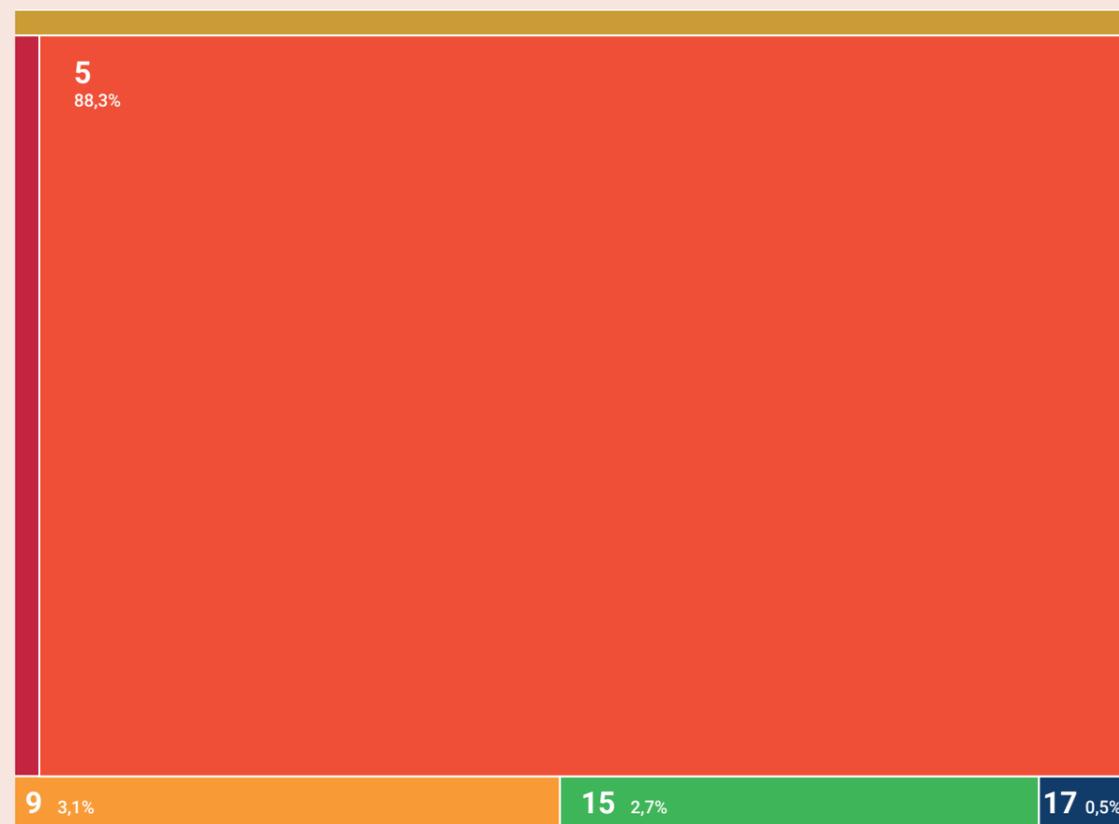
II. Adolescentes, jovens e empoderamento das mulheres



Programação Actividades no Plano Conjunto por ODS



Financiamento Recursos Disponíveis \$1,8 milhões



Educação

Foi concluída uma revisão exaustiva do Quadro Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência em Angola. Este quadro proporciona uma maior orientação programática e apoia a campanha nacional sobre a gravidez na adolescência para aumentar a procura e o acesso dos adolescentes a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva. As intervenções relacionadas com o género aumentaram e foi criado em Luanda um grupo de advocacia de jovens mães para orientar as intervenções e apoiar o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) no planeamento de uma conferência nacional sobre violência contra mulheres e raparigas durante os 16 Dias de Activismo.

A ONU ajudou a criar o primeiro Grupo Local de Educação (GLE) em Angola em Fevereiro de 2023. O GLE desempenha um papel fundamental de coordenação no sector da educação, ajudando a reforçar o diálogo político, a mobilizar recursos, a defender e a influenciar decisões políticas para transformar a educação em Angola. Com o apoio da ONU, uma nota conceptual de subvenção de carácter multiplicativo no valor de US\$ 50 milhões de dólares foi aprovada pelo GLE e apresentada à Parceria Global para a Educação (PGE). Foi recebido financiamento da subvenção para a capacidade do sistema da PGE, que garante assistência técnica para a coordenação do sector no Ministério da Educação. Além disso, o GLE completou o relatório de análise dos factores que permitirão ao Governo de Angola beneficiar de mais financiamentos da Parceria Global.



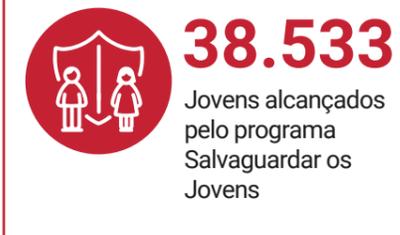


©FNUAP Angola

Sob a liderança do Ministério da Educação e com o apoio da organização “Teaching at the Right Level Africa (TaRL)”, a ONU Angola apoiou o desenvolvimento de um modelo de programa de Alfabetização e Numeracia Fundamentais (FLN) para o ensino de recuperação para responder à crise de aprendizagem, que será testado em 65 escolas, abrangendo aproximadamente 22.000 crianças. O modelo foi desenvolvido através de um processo altamente participativo e interactivo que envolveu as partes interessadas na educação a nível central, provincial, municipal e escolar, com o objectivo de adaptar a metodologia TaRL ao contexto nacional e promover a apropriação desde o início. Para garantir a integração sistémica, o modelo aproveita os mecanismos e estruturas de supervisão e monitorização existentes. Com os esforços de

sensibilização apoiados por uma missão de intercâmbio de aprendizagem à Zâmbia, existe um forte compromisso do Ministério da Educação para uma expansão gradual do modelo do programa FLN a nível nacional. Um total de 50.868 crianças (27.064 raparigas) nas províncias afectadas pela seca no Sul de Angola beneficiaram de oportunidades contínuas de aprendizagem de qualidade através do apoio da ONU para distribuir kits de aprendizagem e capacitar os intervenientes na educação de áreas propensas a desastres para implementar uma metodologia de educação correctiva.

Foi integrada uma perspectiva de género nos regulamentos escolares nacionais, nas directrizes e nos documentos pedagógicos centrados nos alunos e nos programas Água, Saneamento e Higiene



nos manuais escolares para professores e gestores escolares. Além disso, ao analisar a afectação de professoras em todo o país, a pesquisa Professores para Todos, visa providenciar provas significativas para abordar as desigualdades de género nos resultados da aprendizagem.

O Programa “Salvar os Jovens” alcançou mais de 38.533 jovens em Angola, fornecendo informações e competências de emprego através de intervenções de mudança de comportamento lideradas pela comunidade, capacitando os adolescentes para levarem uma vida saudável, protegerem-se das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), evitarem a gravidez indesejada, abortos inseguros, casamento precoce, violência baseada no género (VBG) e práticas culturais prejudiciais.

Um total de 90 mobilizadores sociais de Organizações da Sociedade Civil juvenis foram formados em Saúde Sexual Reprodutiva (SSR), VBG, prevenção de ISTs, incluindo o VIH, e competências para a vida, para lhes permitir capacitar grupos de adolescentes e jovens. Estes activistas lideraram bancadas comunitárias em cinco províncias (Luanda, Cunene, Namibe, Huíla e Cuando Cubango), incluindo actividades de envolvimento comunitário e de mudança de comportamento entre pares, atingindo 10.265 jovens.

Um total de 126 professores nas províncias das províncias de Luanda e Namibe foram formados em Educação Sexual, Saúde Menstrual e Saúde Sexual Reprodutiva (SSR) para aulas nas escolas para raparigas e rapazes. Os professores alcançaram 6.220 alunos em 40 escolas com aulas de SSR inclusivas e de qualidade na escola.

Um total de 10.500 raparigas e 3.000 rapazes foram contactados com mensagens-chave sobre SSR e prevenção de VBG, incluindo a utilização da Metodologia Educativa SmartCycle® para melhorar os seus conhecimentos e atitudes sobre menstruação, gravidez precoce e prevenção de VBG. Foram entregues 4.500 kits de dignidade a raparigas dos 10 aos 19 anos, 55 formadores foram formados e certificados em gestão da saúde menstrual e foram distribuídos kits de parto limpo para partos seguros e prevenção de infecções sexuais nas unidades hospitalares do Cunene e do Namibe.

Um total de 2.850 raparigas e mulheres jovens deslocadas internamente receberam informações de prevenção de qualidade e foram equipadas com kits de dignidade (incluindo pensos higiénicos reutilizáveis de dois anos) para as apoiar na preservação dos seus direitos durante a menstruação.

A participação da juventude e o envolvimento dos jovens (incluindo grupos vulneráveis como refugiados, pessoas com deficiência, jovens que não frequentam a escola, raparigas adolescentes, LGBTQIA+ e outros) foram reforçados através da organização de fóruns de jovens “Generation Unlimited” em Luanda, Huíla, Benguela e Lunda Norte. Um total de 164 jovens, incluindo 85 raparigas, participaram e amplificaram as suas vozes sobre questões que afectam diretamente as suas vidas, como a educação, o emprego, a protecção ambiental e a conectividade digital, incluindo as barreiras ao acesso e aos recursos relacionados com o género.



Reforço das capacidades

No âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), liderado pelo Ministério da Economia e Planeamento, o Governo desenvolveu a Iniciativa AgriPREI, para promover o desenvolvimento de competências para a transição da economia informal para a economia formal dos operadores económicos da agricultura.

Uma Análise do Sector Agrícola Nacional para definir o caminho de transição da economia informal para a formal foi conduzida através da realização de três workshops provinciais sobre formalização económica (Benguela, Huíla e Namibe). Mais de 150 actores do sistema agroalimentar, incluindo prestadores de serviços académicos, produtores individuais, associações de produtores, cooperativas, instituições públicas e privadas, ONGs e sociedade civil, participaram nas discussões estratégicas.

Seis Centros Integrados de Produção Primária “Chitaka” e Unidades de Agro-processamento de Pequena Escala “Ochitanda” foram estabelecidos em Luanda e Benguela. Foi criado um Centro de Formação em Agro-processamento no maior mercado informal do país, o “Mercado do KM 30”. Cerca de 143 jovens agricultores e vendedores

melhoraram as suas competências em agro-processamento como um agronegócio para reduzir as perdas pós-colheita. Foram desenvolvidos seis produtos de agro-processamento simples, acessíveis e sustentáveis: i) compotas, geleias e doces; ii) pastas de tempero; iii) temperos moídos; iv) frutas secas e desidratadas; v) chips de banana e mandioca; e vi) barras nutricionais de cereais e frutas secas. Estes produtos estão em processo de aquisição do selo “Feito em Angola”.

Foram fornecidos 160 telemóveis inteligentes com a aplicação “KoBoCollect” e mais de 160 educadores de pares foram formados para apoiar uma melhor recolha de dados. A ferramenta irá recolher dados de 60.000 beneficiários nas províncias abrangidas pelo Programa “Salvaguardar os Jovens”.

Foi lançada a Plataforma de Informação sobre Violência Doméstica com Base no Género. A plataforma é uma ferramenta digital destinada a apoiar os serviços de prevenção da violência doméstica e de protecção das vítimas em Angola, com vista a melhorar o registo e o tratamento de dados estatísticos sobre a violência doméstica. O desenvolvimento da plataforma digital foi apoiado pela ONU e está acessível em: www.violenciadomestica.ao.

Fortalecendo a resiliência

Foram instalados e entregues painéis solares para a utilização da água e irrigação dos campos, incluindo a componente de formação a 11 cooperativas e comunidades agrícolas lideradas por mulheres, representando mais de 500 agregados familiares, o que ajudará a capacitar e a construir a resiliência das mulheres e raparigas rurais nas províncias de Benguela e Huíla. Foram prestados serviços de prevenção do VIH a 47.330 raparigas adolescentes e jovens mulheres, bem como a 6.797 trabalhadoras do sexo nas províncias de Benguela e do Kwanza Sul.

Um total de 740 mulheres adquiriram novas competências no domínio da gestão sustentável das florestas e da tecnologia do carvão vegetal. Isto aumenta as suas capacidades para promover um envolvimento significativo em actividades de carvão sustentável e contribuir para o seu empoderamento económico.

O primeiro Fórum Nacional da Juventude Angolana sobre o Clima, realizado em Luanda, reuniu 550 participantes presenciais e mais de 700 participaram de forma remota. O evento centrou-se na educação sobre as alterações climáticas e promoveu o diálogo, incluindo sobre temas críticos como os impactos das alterações climáticas em função do género. Os participantes também deram contributos à delegação angolana para a sua participação na COP28. Os contributos dos jovens durante o fórum nacional levaram ao compromisso dos ministérios em desenvolver um plano de acção para 2024-2025 para encorajar um maior envolvimento dos jovens em questões relacionadas com o clima, capacitando as raparigas e os rapazes para terem maior capacidade de agir contra as alterações climáticas.

Um total de 208 mulheres (177 refugiadas e 31 da comunidade de acolhimento) beneficiaram de actividades de subsistência na Lunda Norte e em Luanda. Das 177 mulheres refugiadas apoiadas em Luanda e no Dundo, 86 jovens refugiadas e mulheres vulneráveis receberam formação e apoio em competências profissionais, o que lhes permitiu criar as suas próprias empresas para trabalharem por conta própria e serem auto-suficientes.



Inclusão social dos refugiados

Uma avaliação participativa revelou que a VBG, incluindo danos físicos, psicológicos, sexuais e económicos, bem como ameaças, coerção e manipulação de mulheres e raparigas em Angola, ocorre diariamente. As populações deslocadas à força são ainda mais afectadas devido à falta de documentação e ao acesso limitado a oportunidades formais de emprego e educação. Para abordar a desigualdade de género e mitigar o risco de VBG, a ONU implementou sessões mensais de sensibilização e informação, observou os “Dias Laranja” e participou activamente nos 16 Dias de Activismo no Centro das Mulheres, bem como noutros centros comunitários em Luanda e no Dundo.

A campanha centrou-se em vários aspectos relacionados com a VBG, tais como as suas causas, consequências e prevenção, bem como na promoção da coexistência pacífica, na compreensão dos papéis de género, na masculinidade, nas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e no quadro legal que envolve a violência baseada no género. A ênfase foi colocada no incentivo à participação significativa de mulheres e raparigas nos processos de tomada de decisão.

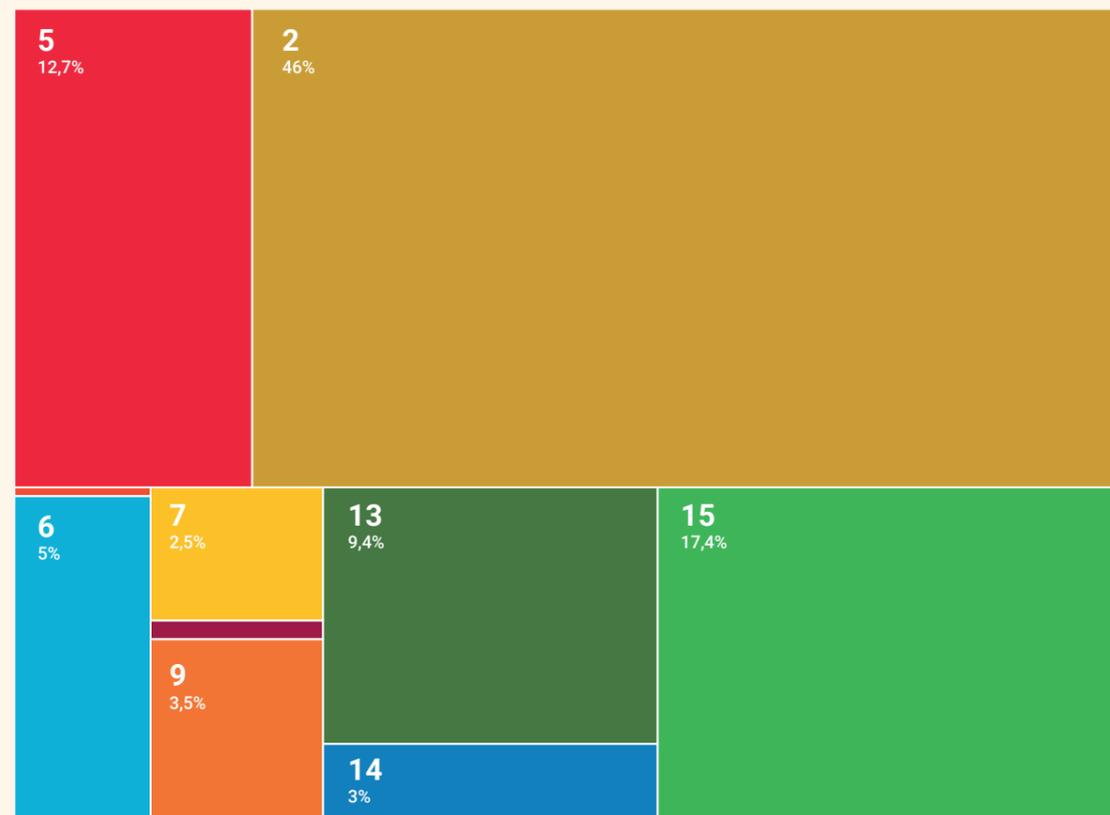
III. Ambiente e capacidade de resiliência da população vulnerável



Programação Actividades no Plano Conjunto por ODS



Financiamento Recursos Disponíveis \$8 milhões



Fortalecendo a resiliência

Um total de 173 técnicos dos Serviços de Extensão Agrária do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ministério da Agricultura e Florestas e 1.124 facilitadores de escolas de campo de agricultores comunitários foram formados nas províncias do Cuanza Sul e da Huíla, abrangendo 115 escolas de campo de agricultores (ECAs). No total, foram implementadas 865 ECAs, 15 por cento acima do objectivo inicial. Foram formados cerca de 3.450 pequenos agricultores, atingindo 31.505 beneficiários directos (51 por cento mulheres, sendo 34 por cento jovens). Foi prestada assistência técnica à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) para a elaboração de 20 planos de investimento para ECAs organizadas em cooperativas (10 no Cuanza Sul e 10 na Huíla).

O Governo, através do Ministério do Ambiente, está a implementar o Projecto de Preparação para o Fundo Verde para o Clima, que visa a elabora-

ção de um programa de reforço dos serviços de informação institucional no sector da Agricultura, Florestas e Ordenamento do Território, produzindo dados e evidências para a implementação da Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018-2030. No âmbito desta iniciativa, o Instituto Nacional de Agrometeorologia desenvolveu uma Ferramenta de Monitorização da Seca Agrícola "ASIS". Quatro técnicos do INAMET adquiriram novas competências para administrar e assegurar a sustentabilidade do funcionamento da ferramenta. A ferramenta ASIS assegura a integração de informação atempada sobre secas agrícolas pelos parceiros envolvidos na gestão de fenómenos meteorológicos extremos e da variabilidade climática. Foi também criado um Sistema Nacional de Monitorização das Secas Agrícolas, calibrado ao nível dos 164 municípios, com um período de análise de 10 dias e uma resolução de um quilómetro para as culturas do milho e do feijão.





865

Escolas de Campo para Agricultores Implementadas



31.505

Agricultores beneficiários de assistência técnica



8.737

Hectares de áreas degradadas restauradas



333

Agricultores que adquiriram novas habilidades em manejo sustentável da terra

Foi prestada assistência técnica ao Ministério da Agricultura para desenvolver capacidades locais para inverter as tendências negativas da degradação da terra em paisagens seleccionadas nas localidades de Chipipa, Alto Hama, na província do Huambo, e Chongoroi, na província de Benguela, combinando abordagens de planeamento sustentável e participativo. Cerca de 357,200 hectares de paisagens experimentais e 8,737 hectares de áreas degradadas foram restaurados por comunidades formadas com a introdução de práticas agrícolas amigas do ambiente, tais como a utilização de fertilizantes orgânicos e biocarvão, a gestão agroflorestal e dos recursos hídricos e a conversão de áreas de pastagem exclusiva em áreas agrícolas. Foi elaborado um relatório sobre a degradação da terra na localidade de Chongoroi, na província de Benguela, utilizando a metodologia LADA com teledeteção e o Atlas de Cobertura e Degradação da Terra. Foram elaborados dois Planos de Gestão Sustentável de Terras com o objectivo de recuperar terras degradadas e monitorizar práticas de gestão sustentável de terras nas localidades de Chipipa e Chongoroi, que beneficiaram cerca de 287 agricultores.

O Ministério do Ambiente implementou 95 ECAs centradas no aumento da resiliência de 2.275 pequenos agricultores, desenvolvendo a sua capacidade de diagnóstico, gestão e conservação

do solo. Foram também instalados dois bancos comunitários de sementes nos municípios de Caluquembe e Caconda (Huila), juntamente com a distribuição de factores de produção, como pequenos animais, aves de capoeira, micro-silos e construção de galinheiros.

Um total de 450 pessoas (incluindo refugiados, requerentes de asilo e comunidade de acolhimento), localizadas no Dundo e em Luanda, receberam formação em produção agrícola e kits de arranque que lhes permitiram iniciar ou desenvolver os seus negócios. As pessoas que beneficiaram de formação profissional receberam certificados do INEFOP, que é totalmente reconhecido pelo Governo, para lhes permitir encontrar emprego. Estas intervenções nos meios de subsistência aumentaram os rendimentos da população-alvo e reduziram o desemprego, uma vez que muitos beneficiários puderam começar a gerar rendimentos em actividades comerciais e agrícolas, utilizando práticas que respeitam o ambiente, e aumentar a segurança alimentar do agregado familiar, o que lhes permitiu ganhar um emprego por conta própria nessas áreas de subsistência.

Cerca de 5.010 pequenos agricultores foram apoiados através de 167 ECAs e 31 grupos organizados de agricultores foram validados e fazem parte do processo de validação. Destas ECAs, 85



©ACNUR Angola

receberam fundos de reforço e 142 beneficiaram da entrega de insumos agrícolas, tais como sementes, bombas de água motorizadas e solares, sistemas de irrigação gota a gota, galinhas, mudas de frutos e várias ferramentas agrícolas. Um total de 505 líderes comunitários (95 por cento de mulheres) foram formados como facilitadores de nutrição capazes de identificar, prevenir e tratar a malnutrição utilizando produtos locais e facilmente acessíveis. Receberam também formação sobre métodos de tratamento da água, práticas de alimentação infantil, diversificação da dieta e prevenção e tratamento da diarreia e da malária.

Os Centros de Zoneamento Agroecológico do Ministério do Ambiente mapearam seis eco-regiões de províncias afectadas pela seca em Angola, abrangendo 3.7 milhões de pessoas através do Inquérito Participativo com abordagem agro-ecológica, para definir tecnologias adaptadas ao seu contexto sócio-produtivo e ambiental, com vista a uma melhor definição de políticas e intervenções.

Adaptação climática

De acordo com a sua Estratégia Nacional de Monitorização das Florestas, o Ministério do Ambiente efectuou uma avaliação do contexto nacional para a implementação do Sistema Nacional de Monitorização das Florestas, utilizando a ferramenta OPEN FORIS (plataforma de análise e processamento de dados ligada à utilização dos solos) com o apoio das Nações Unidas. A avaliação envolveu uma análise jurídica dos desafios institucionais e legais para a criação do Sistema Nacional de Monitorização das Florestas e a sua ligação ao inventário de gases com efeito de estufa, ao Sistema de Monitorização e Verificação e à Comunicação das Emissões de Gases com Efeito de Estufa para a redução das emissões no sector florestal e às respectivas Contribuições Nacionalmente Determinadas, incluindo o relatório de recomendações de reformas jurídicas.

O Ministério do Ambiente, no âmbito dos quatro centros agro-ecológicos (Namibe, Huambo, Cuan-do Cubango e Cabinda), formou cerca de 333

pequenos agricultores (46 por cento mulheres) em práticas e técnicas de gestão sustentável da terra e de adaptação às alterações climáticas, visando a transição agro-ecológica. Os formandos adquiriram conhecimentos sobre planeamento e gestão da produção, uso da água, técnicas de irrigação e rega, técnicas de preparação mínima do solo para a sementeira, gestão das culturas, técnicas de cobertura do solo, produção de plantas que melhoram o solo e de plantas autóctones, plantação vertical, hortas permanentes, adubação orgânica com composto biológico, combate às pragas com biofertilizantes, rotação de culturas e consociação de culturas.

Num esforço para tornar o sistema agroalimentar angolano mais resiliente e competitivo, o Ministério da Agricultura e Florestas implementou o Plano Nacional de Controlo da Lagarta do Outono, em resposta à Acção Global para o Controlo da Lagarta de Cartucho de Outono (FAW/ Spodotera Fugiperda). Como resultado, 111 técnicos dos serviços de extensão e 112 facilitadores comunitários foram formados como formadores em gestão integrada sustentável e monitorização da Lagarta do Outono, usando a aplicação FAMEWs em 34 municípios nas províncias do Huambo, Bié e Malanje. Quinze escolas de campo de agricultores, abrangendo 525 pequenos agricultores, foram equipadas com armadilhas de feromonas normalizadas para monitorizar a praga. Um total de 450 beneficiários das ECAs também receberam formação sobre o risco de invasão da Lagarta de Cartucho de Outono e práticas de controlo químico, o que resultou na redução da produção agrícola e das perdas de rendimento das famílias rurais.

O Ministério do Ambiente estabeleceu um sistema de certificação para a cadeia de valor do carvão vegetal sustentável e realizou uma série de acções de formação sobre ferramentas de base para a emissão de gases com efeito de estufa que abrangeram alguns aspectos dos mecanismos de medição, comunicação e verificação. Um total de 770 fornos melhorados e 59 máquinas de briquetagem foram fornecidos com sucesso às comunidades das províncias do Cuanza Sul e do Huambo. Nestas regiões, o projecto apoiou a adoção de dois tipos distintos de fornos de carvão vegetal em conjunto com práticas de gestão



florestal sustentável (SFM). Estas variantes de fornos, nomeadamente o “Casamance” e o “Terra Melhorada”, não só produzem carvão de qualidade superior em comparação com os fornos convencionais, como também apresentam uma maior eficiência em termos de produção de carvão a partir do mesmo número de árvores, reduzindo simultaneamente o nível de emissões. As formações em silvicultura e produção sustentável de carvão vegetal reflectiram-se na inclusão das mulheres em mais actividades, como a produção de briquetes. Um total de 1.233 indivíduos (60 por cento mulheres) participaram directamente em diversas sessões de formação em gestão florestal sustentável e tecnologia de produção de

carvão vegetal realizadas nos principais locais do projecto nas províncias do Huambo e do Cuanza Sul.

Foi concluída a formulação de uma Estratégia Nacional para o Carvão Vegetal Sustentável e a elaboração de um Livro Branco sobre o Carvão Vegetal Sustentável em Angola, que apoiará o desenvolvimento de um quadro institucional sólido e a sustentabilidade da governação. A Unidade de Crimes Ambientais (UCA) foi revitalizada a todos os níveis (nacional, provincial, municipal e local) com o fornecimento de equipamento (seis veículos, cinco motocicletas, dois barcos e um tractor com duas alfaías). Isto levará a uma maior

capacidade operacional, de recolha de informações e forense para lidar com os crimes ilegais contra a fauna bravia em Angola, fornecerá uma base para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Aplicação da Lei contra os Crimes contra a Fauna Bravia e apoiará a actualização de legislação seleccionada. A ONU está a apoiar o INBC e as instituições parceiras na elaboração do conteúdo do programa de formação e de um curso de orientação sobre investigação criminal, recolha de informações e perícia forense para a UCA. A Unidade de Gestão do Projecto está a desenvolver campanhas nacionais de sensibilização sobre os crimes contra a vida selvagem em Angola.



Reforço das capacidades

Através do projecto FRESAN, financiado pela UE, para serviços de extensão rural e resiliência dos pequenos agricultores, 42 técnicos do Ministério da Agricultura e Florestas (IDA e ISV) (20 por cento mulheres) receberam formação na implementação da metodologia ECAs, especificamente em tópicos relacionados com a resiliência, tais como técnicas de gestão de gado (incluindo saúde animal), gestão de sistemas agrosilvopastoris, agricultura e pecuária inteligentes em termos climáticos, produção agrícola sustentável, conservação e melhoria dos solos, gestão sustentável da floresta nativa, fundamentos da apicultura sustentável, agro-processamento e conservação de produtos agrícolas, agricultura sensível à nutrição e cadeias de valor.

Um total de 78 facilitadores comunitários (15 por cento mulheres) nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene receberam formação em ECAs

para melhor facilitar técnicas e metodologia de apoio, bem como em agricultura sustentável, gestão de gado, práticas de nutrição e empoderamento do género. Mais de 2.100 agregados familiares foram inquiridos para a Medição e Análise do Índice de Resiliência (RIMA) nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe, seguindo as competências adquiridas por cinco técnicos do ISCED Huíla (20 por cento mulheres) e 30 inquiridores (27 por cento mulheres) do INE.

Um total de 100 refugiados e requerentes de asilo nos Municípios de Luanda e Dundo receberam formação em negócios e competências profissionais, incluindo alfaiataria, pastelaria, gestão de negócios e informática. Foram equipados com kits de arranque, tais como máquinas de costura e materiais que incluem equipamento e produtos, capacitando-os para iniciar ou expandir os seus negócios.



Prevenção de desastres

Foram criados grupos de redução do risco de desastres (RRD) em 12 comunidades nos municípios do Cuvelai, Cahama, Cuanhama e Namacunde, na província do Cunene, propensas a desastres. Estas comunidades, altamente expostas às cheias e anteriormente sem capacidades e instrumentos de alerta prévio e de resposta, estão agora melhor preparadas e equipadas para lidar com as cheias. Estão também ligadas à sede provincial dos SPCB (Serviços de Protecção Civil e Bombeiros) em Ondjiva (a capital da província) por um sistema de rádio HF, permitindo-lhes comunicar directamente com o Centro de Coordenação Provincial da Protecção Civil. Este sistema de comunicação bidirecional é um elemento-chave do alerta prévio e da gestão do risco de desastres pelos SPCB no Cunene.

O modelo do Cunene está a ser seguido na Huíla e no Namibe, onde os grupos de RRD em outras 12 comunidades estão a ser criados. Um sistema de rádio HF foi adquirido para estes grupos na Huíla

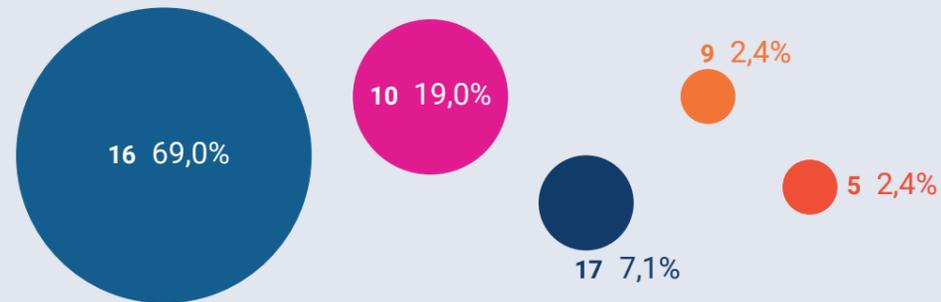
e Namibe. Foi contratada uma empresa local para a instalação e aguarda-se a atribuição oficial das frequências HF para formatar o equipamento e proceder à sua instalação.

A capacidade dos SPCB foi reforçada a nível sub-nacional nas três províncias alvo, uma vez que 17 técnicos (13 homens e 4 mulheres) adquiriram novas competências em Sistemas Provinciais de Informação de Risco com capacidade de Sistemas de Informação Geográfica. Um total de 32 funcionários do SPCB (28 homens e 4 mulheres) foram treinados na recolha de dados, entrada de dados e análise usando a plataforma global "De-Inventar" usando o Formulário de Avaliação Rápida Multi-Sectorial estabelecido para a recolha e análise de dados, para orientar a produção e uso de dados nacionais unificados e fiáveis para avaliar o impacto de desastres. O Centro de Coordenação Operacional Provincial do SPCB na província do Cunene foi equipado com hardware e software.

IV. Democracia e estabilidade



Programação Actividades no Plano Conjunto por ODS



Financiamento Recursos Disponíveis \$2,3 milhões



Governança participativa e inclusiva

O Fórum das Contribuições dos Cidadãos foi lançado com a participação de 20 Organizações da Sociedade Civil, 164 municípios e 5 ministérios, no âmbito da implementação efectiva do orçamento participativo (OP) e do aumento dos mecanismos de governação local, reforçando assim as instituições democráticas e o processo inicial de criação de um modelo de governação local sensível aos cidadãos, juntamente com o Ministério da Administração do Território (MAT). O país continuou a dar passos pequenos, mas inovadores, para aumentar a participação dos cidadãos na governação local, com todos os 164 municípios a participarem, pela segunda vez na história de Angola, no fórum nacional de OP patrocinado pela ONU, onde são registadas as recomendações dos cidadãos para a utilização dos fundos públicos. Esta mudança completa no modelo de governação local permitiu a participação efectiva de indivíduos, mulheres e jovens, uma vez que mais de 20 OSC inclusivas estiveram envolvidas na supervisão.

Um total de 461 actores do OP, incluindo equipas técnicas provinciais, comités técnicos municipais de OP e OSC das 18 províncias, receberam formação, apropriação da plataforma digital aberta de OP, utilizando a digitalização como ferramenta de transformação, o primeiro OP digital para a boa governação. A ferramenta de OP contribui directamente para a afectação do orçamento do Estado e, em 2023, as contribuições dos cidadãos recolhidas serão integradas no orçamento do Estado.

O Orçamento Participativo foi institucionalizado e lançado em 2019 sem as principais notas de orientação do Governo central de Angola. O Ministério da Administração e do Território (MAT) está a rever os Decretos Presidenciais 234 e 235/19, que institucionalizam o OP. Estas alterações consideraram a necessidade de integração da perspectiva de género através da governação, incluindo uma maior participação das mulheres como membros dos comités locais que gerem os fundos do OP. Embora a revisão esteja em curso desde o final de 2022, a aprovação ministerial de cada etapa levou ao adiamento de 2022 para 2023.



©ACNUR Angola

O MAT está a desenvolver estratégias para criar uma Autoridade Local participativa e inclusiva e um sistema de órgãos locais. A ONU apoiou o Governo na criação de um “laboratório de ideias” interno, composto por equipas do Ministério, para estudar formas inovadoras de criar envolvimento entre os cidadãos e o governo local. O inovador “Laboratório de Ideias” para o MAT, denominado MATLab, é o primeiro laboratório interno do Governo numa instituição pública angolana, concebido para identificar soluções para a governação local e diferentes questões de desenvolvimento local em Angola. O reforço das capacidades das equipas centrais do MAT começará no início de 2024, com a concepção da estrutura, organização e orientações para o MATLab.



A ONU prestou assistência técnica à Comissão Intersectorial para a Elaboração de Relatórios Nacionais sobre Direitos Humanos. Esta assistência permitiu aumentar a capacidade nacional de controlar a protecção dos cidadãos e elaborar relatórios atempados em conformidade com as normas internacionais em matéria de direitos humanos. O Governo realizou progressos significativos na expansão dos Comités Locais de Direitos Humanos e no reforço da capacidade das principais instituições para acompanhar e concretizar os direitos humanos a nível local.

Foi reforçado o mecanismo de coordenação entre a Polícia Nacional e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos para prevenir e proteger os direitos humanos. Esta importante relação foi aprofundada através da formação regional de estagiários em matéria de direitos humanos, abrangendo 11 províncias com mais de 1.000 agentes da polícia (22 por cento mulheres). A ONU continua a apoiar o Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica de Luanda, uma das principais instituições académicas do país que investiga e promove questões de direitos humanos em Angola. A ONU apoiou o Centro de Direitos Humanos na prestação de apoio jurídico gratuito às comunidades vulneráveis.

Reforço das capacidades: Sistema jurídico

Em parceria com o Governo, a ONU organizou a “Conferência sobre o Combate à Corrupção: Os desafios da cooperação regional na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção nos países da SADC”. Estiveram presentes cerca de 120 participantes dos países da SADC, da sociedade civil e do meio académico, de organizações internacionais e de parceiros de desenvolvimento. Dos 87 participantes cujos dados foram recolhidos, 35 eram do sexo feminino e 49 do sexo masculino. Um dos resultados da conferência foi o acordo sobre um roteiro comum para os Estados-Membros da SADC relativamente a duas prioridades anticorrupção: coordenação nacional e regional e contratos públicos. A conferência sublinhou a importância deste roteiro ser integrado no Plano Estratégico Anti-Corrupção da SADC 2023-2027, que é coordenado pelo Comité Anti-Corrupção da SADC. A conferência também reconheceu que a protecção dos denunciantes é uma área transversal e um elemento necessário para a plena implementação do roteiro.

Um total de 37 peritos angolanos envolvidos na Acção do Estado no Mar participaram numa formação teórica jurídica e forense em exercícios operacionais no mar, que incluíram um

juízo simulado. A formação proporcionou aos beneficiários conhecimentos operacionais que lhes permitem lidar eficazmente com situações de emergência de criminalidade marítima e identificar as lacunas existentes na capacidade de resposta nacional, a fim de prestar um apoio mais adequado e específico para as ultrapassar. A formação permitiu que os funcionários nacionais competentes (procuradores, juízes, magistrados, agentes da polícia judiciária, agentes de aplicação do direito marítimo, etc.) compreendessem melhor a necessidade de coordenação entre os intervenientes relevantes no domínio da justiça penal, seguindo simultaneamente procedimentos adequados, incluindo a recolha de provas e a redacção de declarações e relatórios de investigação.

Em termos de fluxos financeiros ilícitos, a ONU prestou assistência técnica e apoio ao desenvolvimento de um sistema eficaz de luta contra o branqueamento de capitais e os fluxos financeiros ilícitos através de 12 actividades de reforço das capacidades. Esta assistência dirigida aos investigadores financeiros e criminais, aos magistrados, aos procuradores e aos supervisores incluiu: sensibilização para os instrumentos jurídicos internacionais em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; prestação de apoio aos organismos

competentes na definição de acções estratégicas destinadas a melhorar os processos internos; investigações financeiras paralelas, investigações e acções penais em matéria de branqueamento de capitais; assistência à revisão da legislação nacional em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; e aumento das competências dos supervisores e dos profissionais da justiça no sector das organizações sem fins lucrativos e da propriedade efectiva. No total, foram envolvidos 403 profissionais (190 mulheres), incluindo juízes, investigadores financeiros e criminais, magistrados e supervisores.

O Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral, que é o organismo regional do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), concluiu a avaliação mútua de Angola. O relatório sobre o país, foi aprovado e publicado em Junho de 2023. O relatório analisa o nível de conformidade com as 40 recomendações do GAFI, o nível de eficácia do sistema AML/CFT de Angola e apresenta recomendações sobre a forma como o sistema pode ser reforçado. O relatório de avaliação mútua de Angola salientou que os esforços do país para combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo são relativamente recentes. Embora subsistam alguns requisitos técnicos de conformidade, o quadro jurídico

subjacente ao sistema angolano de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo é, em geral, sólido.

As Nações Unidas apoiaram o país no exercício de avaliação mútua do GAFI e no seu período de observação, prestando apoio técnico e operacional na aplicação das recomendações do GAFI, em especial no que se refere à revisão da legislação nacional em matéria de luta contra o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo, bem como ao reforço das competências dos magistrados investigadores em matéria de investigações financeiras paralelas, de luta contra o branqueamento de capitais e infracções conexas, de normas e procedimentos de confisco de bens, do sector das associações sem fins lucrativos e da propriedade efectiva.

Foi criado um grupo de trabalho sobre a recolha de dados e estatísticas relativas aos fluxos financeiros ilícitos entre as principais instituições, tais como a administração fiscal, a polícia judiciária, a unidade de informação financeira, o sistema judiciário, o INE, a Comissão do Mercado, os serviços de informação e a Inspeção Nacional do Estado, com o objectivo de reforçar a coordenação e melhorar as informações e/ou os dados.

Um total de 49 agentes das autoridades locais que trabalham nos portos adquiriram novas aptidões e competências para combater a criminalidade marítima e o terrorismo, e desempenhar melhor o papel multifacetado desempenhado pelos portos marítimos nas economias regionais e nacionais para combater a criminalidade marítima, centrando-se na ligação entre a aplicação da Lei portuária e a acção penal, a segurança da orla marítima e a preparação para a resposta a emergências em Angola. O Governo de Angola manteve a sua posição de liderança no domínio da luta contra a corrupção, tendo criado um grupo de trabalho de alto nível dirigido pela Presidência da República. Não houve intervenções ou investimentos significativos da ONU nesta matéria e a falta de fundos dificultou a resposta aos pedidos de actividade da Autoridade Geral, a principal instituição anteriormente apoiada em matéria de luta contra a corrupção.



Promoção e protecção dos direitos humanos

Através do Gabinete Regional para a África Austral (ROSA), foi prestado apoio técnico ao Governo com o objectivo de promover a protecção dos direitos humanos. O Governo, em colaboração com o OHCHR ROSA, organizou um workshop de cinco dias em Luanda, de 16 a 21 de Julho, com o objectivo de reforçar a capacidade do Governo para promover o envolvimento efectivo com os Mecanismos Internacionais de Direitos Humanos, incluindo a elaboração de relatórios e a implementação de recomendações, com especial incidência na realização dos direitos económicos, sociais e culturais. O seminário também comemorou o 75º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O workshop contou com a participação de membros da Comissão Intersectorial Angolana para a Elaboração de Relatórios sobre Direitos Humanos, que funciona como um mecanismo nacional de implementação, elaboração de relatórios e acompanhamento. O workshop contou com a presença de 78 participantes (42 do sexo feminino e 36 do sexo masculino) e foi uma oportunidade para mostrar as ligações entre os ODS, os direitos humanos e os mecanismos internacionais de direitos humanos, com vista a reforçar a implementação das recomendações e contribuir para a realização dos ODS.

Em parceria com a Federação Luterana Mundial e o Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica de Angola, a ONU ROSA reforçou a capacidade de 28 representantes da sociedade civil em Angola sobre como utilizar os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas para reforçar a advocacia nacional para promover a protecção dos direitos humanos.

Reforço das capacidades: Dados

Foi fornecido equipamento tecnológico ao MINSAs para melhorar os sistemas de informação sanitária, no âmbito de uma estratégia mais vasta destinada a melhorar o sistema de informação sanitária e as capacidades de planeamento, assegurando a afectação eficaz de recursos e o acompanhamento dos progressos realizados na consecução dos objectivos sanitários.

A conclusão da Avaliação Externa Conjunta voluntária realçou o papel da ONU no reforço da preparação e da segurança sanitária de Angola. Esta avaliação exaustiva, que faz parte do quadro do Regulamento Sanitário Internacional, revelou melhorias significativas nas capacidades de segurança sanitária de Angola.

Foi prestado apoio técnico e financeiro ao INE para a realização do Censo Nacional de Angola de 2024, incluindo avaliação de capacidades, formação em cartografia e assistência em tecnologias de informação, marketing e comunicações. A ONU patrocinou a formação de dois técnicos num programa de mestrado em Sistemas de Informação Demográfica no Brasil. O Relatório sobre a Situação da População Mundial (SWOP 2023), que visa destacar as vozes das mulheres e das raparigas, foi apresentado numa cerimónia em que participaram representantes do Governo, da sociedade civil e de outras organizações.

Foi criado um órgão nacional de coordenação da violência contra as crianças para reforçar a prevenção e a resposta à violência contra as crianças em Angola. Liderado pelo Instituto Nacional da Criança, inclui ministérios-chave como o da Saúde, Educação, Justiça e Juventude, bem como Organizações da Sociedade Civil. O objectivo do organismo é o de coordenar e integrar melhor as acções de gestão de casos (implementação de Fluxos e SOPs) com uma perspectiva de género e desenvolver um sistema de recolha de dados e de gestão da informação (PRIMERO).

O ano de 2023 foi fundamental para envolver ainda mais o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos na adopção de serviços de registo de nascimento e de identidade legal, utilizando uma abordagem mais interministerial sobre o Registo Civil e Estatísticas Vitais (RCEV. Como resultado, o Grupo de Trabalho multisectorial sobre o RCEV foi revitalizado e alargado para incluir membros para além do Ministério da Saúde e da Educação, tais como o INE, o Ministério da Administração Territorial e Reforma do Estado, o Ministério do Interior e o Departamento do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, incluindo as tecnologias de informação. Em 2024, será efectuada uma revisão e uma avaliação exaustivas do sistema de CREV em Angola, sob a supervisão do grupo de trabalho intersectorial do CREV, e as actividades integradas com o Ministério da Saúde serão alargadas para se enquadrarem no programa desenvolvido pelo Banco Mundial e pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos sobre a descentralização dos serviços.

2.2

Apoio às parcerias e o financiamento da Agenda 2030

A análise do orçamento de Estado efectuada pela ONU e a sensibilização do Parlamento Nacional foram eficazes para influenciar as propostas de orçamento de Estado para 2023. O trabalho de sensibilização permitiu aumentar as dotações para sectores sociais fundamentais de 2022 para 2023, em especial a saúde, que registou um aumento de 48%, e o ensino pré-primário, que teve um aumento de quase cinco vezes o orçamento de 2022.

O Ministério das Finanças trabalhou com a Parceria Internacional para o Orçamento no Inquérito sobre o Orçamento Transparente e desenvolveu um plano para melhorar a sua pontuação em 2026. A melhoria da pontuação tornará o processo orçamental mais participativo e transparente. As Nações Unidas proporcionaram sessões de formação sobre orçamento baseado em programas para apoiar as reformas da gestão das finanças públicas, necessárias para reforçar a capacidade nacional de gestão das finanças públicas e aumentar a literacia orçamental, a transparência e a participação.

O Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos está a implementar o Programa EAF-Nansen, apoiando a aplicação da abordagem ecossistémica à gestão das pescas, tendo em conta os impactos do clima e da poluição no âmbito do Plano de Gestão das Pescas de Pequenos Pelágicos para Angola. Como resultado, 45 cientistas angolanos do sector das pescas participaram em três campanhas de investigação de recursos mesopelágicos no centro de Angola, em toda a costa angolana e no Norte da Namíbia. A Estratégia

da Economia Azul de Angola, o Plano de Longo Prazo Angola 2050 para o sector das pescas e a proposta da Plataforma de Investimento na Economia Azul “Angola Blue Invest” ajudarão a impulsionar o trabalho neste sector. O Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos desenvolveu uma Nota Conceptual para a criação de uma Iniciativa de Transição para a Economia Azul (ITEA). A ITEA propõe a criação de uma plataforma de envolvimento interinstitucional coordenada pelo Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos com assistência técnica prestada pela ONU, envolvendo intervenientes dos sectores privados produtivos e parceiros de desenvolvimento.

O Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério da Agricultura e Florestas, e com a assistência técnica da FAO, PAM, UNICEF e FIDA, apresentou o seu progresso em direcção à Agenda 2030 no Momento de Avaliação dos Sistemas Alimentares 2023 da ONU, em Roma. O envolvimento de Angola incluiu três eventos principais: (1) uma reunião de alto nível de Secretários de Estado dos sectores que participam nos sistemas alimentares; (2) uma reunião técnica para preparar o relatório voluntário; e (3) uma reunião para validar a agenda do país. O resultado foi a adopção dos 10 compromissos de Angola para as áreas prioritárias de acção na transformação dos sistemas alimentares do país e a aprovação do Relatório Nacional Voluntário sobre os Sistemas Alimentares de Angola 2021-2023.

O INAPEM concebeu com sucesso uma plataforma digital de certificação de Pequenas e Médias Empresas (PME), que ajudou a modernizar e a

acelerar o processo de certificação e a eliminar a falsificação de certificados. Até à data, foram certificadas 41,339 Pequenas e Médias Empresas. Está a ser desenvolvida uma plataforma de “crowdfunding online” para facilitar o acesso ao capital das micro, pequenas e médias empresas (MPME) que operam no país. As mulheres rurais das províncias de Benguela e da Huíla foram capacitadas através de formação agrícola e da instalação de painéis solares, beneficiando mais de 4,500 pessoas, na sua maioria mulheres e estudantes do ensino primário.

A capacidade do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), através do Departamento de Análise Prospectiva e Estatística, foi reforçada com a realização de um curso “online on-the-job” e de formações presenciais sobre o Modelo Actuarial das Pensões da OIT: O Futuro dos Estudos Actuariais que conduzirão a avaliações actuariais bianuais do Regime Nacional de Segurança Social, nomeadamente do sistema de pensões.

Em Março de 2022, foi formalmente lançado um estudo sobre as Organizações Profissionais que Representam os Actores da Economia Informal em Luanda, Angola, em parceria com o INE. O estudo foi realizado para compreender o impacto da COVID-19 na economia angolana, com o objectivo de investigar possíveis soluções para incentivar a transição da economia informal para a economia formal, e fornecer ao Governo recomendações políticas fundamentais baseadas no feedback dos trabalhadores informais e das unidades económicas informais localizadas em Luanda.

As Nações Unidas facilitaram discussões tripartidas através de uma abordagem de diálogo social, entre instituições governamentais, empregadores e representantes dos trabalhadores e organizações da sociedade civil. As reacções sublinharam que o alargamento da cobertura da protecção social em geral, tendo em conta a igualdade do género e para os trabalhadores migrantes e refugiados, pode facilitar a formalização do mercado de trabalho e a regularização dos trabalhadores migrantes e refugiados. Por outro lado, a formalização e a regularização também podem facilitar a extensão da protecção social aos trabalhadores migrantes e refugiados, o que pode criar um incentivo ao trabalho na economia formal. Os debates levaram o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) a colaborar com os parceiros sociais na concepção de regimes mais flexíveis e mais adaptados às necessidades dos trabalhadores da economia informal e à recente proposta do INSS para a criação de um regime de seguro voluntário.





©PNUD Angola

O processo de Diálogo Nacional Baseado em Avaliação, liderado pelo MASFAMU, resultou em: i) um diagnóstico abrangente e o desenvolvimento de diferentes cenários com considerações de custos para a avaliação do espaço fiscal; ii) o cálculo de custos de pacotes de benefícios em diferentes cenários para preencher as lacunas de cobertura identificadas, usando o Protocolo de Avaliação Rápida (RAP) da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e, finalmente, a proposta de prioridades para alargar a cobertura do sistema de Protecção Social Angolano, considerando

grupos populacionais, benefícios, espaço fiscal e o seu impacto na pobreza. Esta será a base para a formulação de uma nova proposta para a Estratégia de Operacionalização da Política Nacional de Acção Social 2023-2027 e apoiará a concepção de programas e iniciativas de protecção social a médio e longo prazo.

Realizou-se uma Missão de Cooperação Sul-Sul entre Angola e Moçambique, Que serviu como um processo de advocacia para reforçar a coordenação entre as instituições de protecção social

em Angola. A Missão de Cooperação Técnica de cinco dias reuniu representantes do MAPTSS, INSS, MINFIN, MEP e FAS para se concentrarem na coordenação e governação do sistema de protecção social de Moçambique. A experiência serviu como um importante ponto de entrada para discussões técnicas entre as instituições angolanas de protecção social, com a perspectiva de melhorar o sistema global de governação e a possibilidade de revisão da Lei de Base da Protecção Social (Lei 7/04 de 15 de outubro de 2004).

O PAM aproveitou as suas vantagens comparativas e reforçou as parcerias com o Governo, os doadores, as organizações não governamentais, o sector privado, as instituições académicas e de investigação nacionais e outras agências das Nações Unidas para contribuir para os ODS, especificamente o ODS 2 (erradicar a fome) e o 17 (parcerias para implementação dos objectivos). O PAM trabalhou em estreita colaboração com o Governo, a USAID, o Fundo Central de Emergência das Nações Unidas (UN CERF), a França e outros, que desempenharam um papel crucial no apoio à expansão das operações do PAM em Angola. Paralelamente, o PAM trabalhou para reforçar as parcerias com os actores e as comunidades locais, a fim de reforçar as suas capacidades e identificar soluções locais para promover a sustentabilidade e o impacto do programa.

Foi criado um roteiro multisectorial para a inclusão das pessoas LGBTQIA+ entre 2023 e 2026, com o apoio de representantes de quatro ministérios (Justiça, Género, Juventude e Saúde) e de Organizações da Sociedade Civil. Foi convocado um primeiro diálogo nacional com 49 participantes sobre as barreiras estruturais e jurídicas enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+ e pelas populações-chave, com recomendações específicas para as diferentes partes interessadas e a apresentação de três bolsiros de OSC liderados por populações chave (35 000 dólares cada), actualmente em fase de implementação. A capacidade de duas organizações da sociedade civil LGBTQIA+ para combater o estigma e a discriminação foi melhorada através de subvenções de 15,000 dólares cada uma, atingindo 83 pessoas (44 mulheres e 39 homens), incluindo pessoas trans. As actividades

centraram-se em actividades de sensibilização e de alfabetização jurídica em seis províncias e num festival de dois dias que abrangeu mais de 400 pessoas.

Em resultado da parceria com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, Angola apresenta atualmente relatórios sobre sete dos nove principais instrumentos de direitos humanos (77%). Trata-se de um aumento de 11% em relação a 2022. Este ano, os parceiros do Governo informaram que, desde o lançamento em 2020 da Estratégia Nacional de Direitos Humanos patrocinada pela ONU, 80% do Plano de Acção foi implementado. Os Direitos Humanos em Angola foram elevados a "Questão de Segurança Nacional" e cinco relatórios sobre os Comitês Locais de Direitos Humanos foram apresentados ao Conselho de Segurança Nacional. A assistência técnica da ONU alargou o sistema de relatórios através da Comissão Intersectorial para a Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos; do Observatório do Género e de mecanismos de coordenação entre os principais intervenientes, tais como a polícia nacional, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e os conselhos locais de direitos humanos. As Nações Unidas ajudaram a melhorar o ambiente para promover os direitos humanos e os indicadores de género, a governação local participativa e a criar um roteiro com o Governo e as OSC para a inclusão das pessoas LGBTQIA+ e de outras pessoas de direitos humanos.

Durante a 147ª Assembleia da União Interparlamentar, realizada em Angola, as Nações Unidas promoveram o envolvimento parlamentar em questões de saúde, organizando uma visita de campo ao Hospital Materno-Infantil Dr. Manuel Pedro Azancot de Menezes, em Luanda, onde parlamentares angolanos e o Grupo Consultivo de Saúde global avaliaram os avanços na saúde e nos direitos sexuais e reprodutivos. Esta iniciativa sublinhou a importância do envolvimento parlamentar na governação da saúde, oferecendo aos deputados uma visão em primeira mão dos desafios e êxitos no domínio da saúde, reforçando assim o processo democrático através de uma tomada de decisões informada.

2.3

Resultados da política: ONU trabalhar em conjunto mais e melhor: ONU, coerência, eficácia e eficiência

Foi concluído um estudo sobre a economia informal em Luanda, em colaboração com a **OIT**, que inclui recomendações sobre a forma de acelerar a transição da economia informal para a economia formal. Foram realizadas várias reuniões de coordenação e consultas com a **OMS** e o **UNICEF** para a implementação do Projecto de Resiliência da Saúde, financiado pelo Banco Europeu de Investimento.

O **UNICEF** e a **OIT** promoveram a semana da Protecção Social inaugural, na qualidade de presidente e copresidente do Grupo de Parceiros de Desenvolvimento para a Protecção Social. O compromisso entre o Centro Internacional de Formação da **OIT** e o **UNICEF** resultou em três eventos de formação, cada um abordando as necessidades específicas do Governo e apoiando uma compreensão mais aprofundada e contextualizada das instituições nacionais responsáveis pelo sistema de protecção social.

Para abordar a gravidez na adolescência e o casamento infantil, o **UNICEF** e o **FNUAP** apoiaram conjuntamente o **MASFAMU** no lançamento de um Programa Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência e do Casamento Infantil no Dia Internacional da Rapariga. Seguiu-se o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional e

Plano de Acção para abordar o casamento prematuro e a gravidez na adolescência, actualmente em revisão por uma plataforma multi-setorial. O **UNICEF** e o **FNUAP** desenvolveram propostas que aproveitam o financiamento global e combinam a experiência das agências na programação coordenada para raparigas adolescentes, fazendo avançar a agenda para acabar com o casamento precoce e abordar a gravidez na adolescência em Angola.

O **PNUD**, em colaboração com o **UNICEF**, realizou o primeiro workshop modelo “Generation Unlimited” com 42 jovens participantes (22 mulheres e 20 homens, com idades compreendidas entre os 19 e os 34 anos). Os participantes representavam 24 organizações, associações e projectos diferentes e vulnerabilidades (por exemplo, direitos LGBTQIA+, pessoas com deficiência) para defender a capacitação dos jovens. Embora aguardando aprovação governamental, a sensibilização do Governo está a ser feita em parceria com o **Escritório da Coordenadora Residente** e o **UNICEF**. O **UNICEF** co-facilitou diálogos no Fórum Nacional da Juventude sobre o Clima, com o objectivo de educar os jovens angolanos sobre as alterações climáticas. Os diálogos neste fórum contribuíram para a elaboração do Plano de Acção Climática de Angola 2024-2025.



©UNDP Angola

Foi realizada uma formação piloto em Inclusão Digital e Competências para o Futuro para mulheres rurais em parceria com a **FAO**, com 50% de participação feminina, demonstrando o potencial de marketing digital e empreendedorismo no sector agrícola. O Capítulo de Angola da Rede de Líderes das Mulheres Africanas, foi organizado em estreita colaboração com o Gabinete da Coordenadora Residente com o apoio da **ONU Mulheres**.

A parceria com a **OMS** e o **Banco Mundial** reforçou os esforços de sensibilização do **UNICEF** no domínio da nutrição e influenciou o Governo de Angola a aumentar a dotação orçamental para fornecimentos nutricionais. A colaboração com as principais partes interessadas na imunização, incluindo a **OMS**, o **PNUD**, a **USAID**, o **Banco Mundial** e a **Gavi** optimizou o apoio ao programa de imunização em Angola. As acções em matéria de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e de prevenção da transmissão do VIH de mãe para filho, foram executadas em colaboração com a **OMS**, o **FNUAP**, a **ONUSIDA** e o **PNUD** através da plataforma de avaliação técnica conjunta das Nações Unidas e do grupo técnico de saúde reprodutiva.

Em conformidade com o Memorando de Entendimento assinado em 2021, o **PAM** e o **UNICEF** coordenaram a sua resposta global à desnutrição

aguda global nas províncias afectadas pela seca. O **PAM** e o **UNICEF** implementaram conjuntamente um programa multisectorial de resposta de emergência financiado pelo **Fundo Central de Emergência da ONU** na província da Huíla. As duas agências reforçaram o seu mecanismo de encaminhamento de crianças com desnutrição aguda e os mecanismos conjuntos de “feedback” da comunidade, para garantir a responsabilização das populações afectadas.

No âmbito da operação de resposta aos refugiados, o **PAM** trabalhou com o **ACNUR** para prestar assistência aos refugiados da República Democrática do Congo no assentamento de Lóvua e participou no planeamento conjunto, na sensibilização e na angariação de fundos para actividades de subsistência e de reforço da capacidade de resistência.

Foi criado um novo grupo de trabalho sobre o género (GWG) para apoiar uma colaboração reforçada para a programação e a defesa do género e acompanhar o tema transversal do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2024-2028 sobre a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.

2.4

Avaliações e lições aprendidas

Promover a cooperação Sul-Sul e Triangular para facilitar as parcerias e fomentar a inovação, recorrendo à transferência de conhecimentos sobre soluções de desenvolvimento escaláveis, a fim de dar resposta a desafios de desenvolvimento complexos;

Explorar parcerias e oportunidades de mobilização de recursos com fontes de financiamento não tradicionais, com especial destaque para o sector privado, em resposta à diminuição da disponibilidade de fundos provenientes de fontes tradicionais;

Tirar partido da vantagem comparativa das respectivas agências das Nações Unidas para maximizar os benefícios dos recursos através de programas conjuntos;

Integrar as intervenções políticas a montante com as iniciativas a jusante a nível comunitário, a fim de criar uma abordagem mais coesa e eficaz para alcançar uma mudança sustentável e com impacto;

Reforçar a abordagem de carteira através de uma reflexão sistémica na execução dos programas, a fim de reduzir a fragmentação e promover sinergias entre programas e projectos.



2.5

Panorama financeiro e mobilização de recursos

- Envolver-se em esforços de mobilização de recursos para garantir o financiamento, promover parcerias e explorar mecanismos de financiamento inovadores para reforçar a sustentabilidade dos programas;

- Abraçar a inovação e a tecnologia para melhorar a eficiência, a eficácia e a escalabilidade das iniciativas de desenvolvimento da ONU. A diversificação do financiamento, para além da grande carteira do Fundo Global, continuará a ser uma prioridade da agenda do PNUD em 2024. O escritório do PNUD apoiará os seus homólogos governamentais, bem como a sociedade civil, na mobilização e execução de recursos do Governo, das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, BEI, BAD), da União Europeia e dos parceiros bilaterais de desenvolvimento;

- Manter uma abordagem dupla que consiste numa colaboração contínua com os doadores tradicionais, reforçando simultaneamente o envolvimento com os doadores emergentes, incluindo as instituições financeiras internacionais e os parceiros, a fim de diversificar a base de doadores e garantir que os recursos, as competências e as soluções estejam disponíveis para aumentar a sua presença e a sua escala operacional;

- Desenvolver uma estratégia de mobilização de recursos para orientar o posicionamento estratégico e o envolvimento em apoio à implementação e aos recursos do Plano Estratégico Nacional Interino em Angola.

Recursos totais disponíveis



Orçamentado vs executado



Recursos requeridos e disponíveis

Transformação económica e social



Adolescentes, jovens e empoderamento das mulheres



Ambiente e capacidade de resiliência da população vulnerável



Democracia e estabilidade



Capítulo

3

Foco principal da UNCT para 2024

Saúde

- Apoiar ao aumento da cobertura de serviços de saúde de qualidade para a população e melhoria do sistema de referência e contra-referência entre os três níveis de cuidados no serviço nacional de saúde
- Apoiar o desenvolvimento de estratégias, capacidades e quadros para melhorar o acesso aos serviços de cuidados de saúde primários (CSP), incluindo o financiamento da saúde, a saúde comunitária, o sistema de informação de gestão da saúde e a integração dos serviços a nível dos cuidados de saúde primários.
- Reforçar as capacidades técnicas e de gestão dos intervenientes nacionais e subnacionais na coordenação dos sectores Água, Saneamento e Higiene e clima.
- Continuar a reforçar o ambiente político e estratégico em matéria de cuidados de saúde primários, nutrição, imunização, saúde comunitária e previsão de vacinas e medicamentos essenciais.
- Continuar a apoiar a produção de dados concretos no domínio da nutrição e da saúde e defender temas emergentes como o financiamento da saúde, o desenvolvimento da primeira infância, a saúde dos recém-nascidos, a institucionalização dos trabalhadores comunitários no sector da saúde, os sistemas de informação sobre saúde comunitária e a introdução de novas vacinas e a melhoria das capacidades da cadeia de frio.

Educação

- Reforma curricular
- Integrar a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) no sistema educativo de Angola
- Melhorar o acesso e a qualidade do ensino pré-primário, primário e secundário
- Programa nacional de formação doutoral em ciência, tecnologia e inovação
- Assegurar que os planos de educação e as agendas de reforma sejam construídos com base em provas, adequadamente financiados, avaliados e têm uma ampla base de acordo e apoio.
- Assegurar a aprendizagem fundamental para reduzir o número de crianças que não frequentam a escola, reforçar a cidadania produtiva, o desenvolvimento sustentável, o crescimento inclusivo, a igualdade entre os sexos, a coesão nacional, a paz e a prosperidade, bem como para reforçar os progressos em todos os outros ODS.
- Continuar a reforçar a capacidade institucional para a aprendizagem fundamental, promovendo a participação dos jovens e a agenda de competências, o sistema de protecção social para fazer face às vulnerabilidades enfrentadas por todas as crianças e defendendo a participação dos cidadãos na elaboração do orçamento e no programa "Generation Unlimited".

Segurança alimentar, biodiversidade e conservação

- Apoiar a aceleração das soluções de transformação dos meios de subsistência para a recuperação dos ecossistemas, incluindo a promoção do financiamento da luta contra as alterações climáticas e dos mercados de carbono
- Promover a formulação de medidas que garantam a segurança da água para todos e a criação de sistemas para reforçar a resiliência das comunidades.
- Capacitar as mulheres no processo de tomada de decisões relacionadas com as respostas nacionais em matéria de segurança alimentar e nutricional.
- Defender junto do Governo, dos doadores e dos parceiros, a nível nacional e regional, a realização de avaliações regulares e exaustivas da segurança alimentar e nutricional, em especial nas regiões do país com maior insegurança alimentar, e a concessão de apoio técnico e financeiro adicional para acções de preparação/antecipação e de resposta aos choques e factores de pressão climáticos.

Emprego

- Promover oportunidades de emprego e de desenvolvimento de competências para as mulheres, os jovens, as pessoas com deficiência e as populações vulneráveis
- Contribuir para um melhor acesso aos serviços comerciais, financeiros e digitais, juntamente com um acesso inclusivo ao mercado para os pequenos agricultores e as Micro Pequenas e Médias Empresas.

Protecção Social

- Assegurar a institucionalização das transferências monetárias (Kwenda) e apoiar a sua evolução no sentido de se tornarem mais sensíveis às necessidades das crianças, inclusivas em termos de deficiência e transformadoras em termos de género (sensibilidade às necessidades das crianças através de um programa específico para as crianças de 0 a 5 anos ou de complementos para as famílias beneficiárias que tenham crianças de 0 a 5 anos)
- Continuar a reforçar as capacidades nacionais para produzir, analisar, divulgar e utilizar dados de elevada qualidade sobre as crianças, a fim de: i) informar as políticas, os planos, os programas e os orçamentos; ii) apoiar o desenvolvimento do sistema de protecção social, para fazer face às vulnerabilidades enfrentadas por todas as crianças e respectivas famílias iii) aumentar o acesso aos principais serviços sociais; e iv) prestar assistência técnica para reforçar as capacidades do Governo para mobilizar, planear, gastar, acompanhar e avaliar os recursos do sector social, a fim de maximizar o investimento nas crianças.

Promover a paz

- Co-desenvolver e apoiar a aplicação conjunta do Plano Nacional de Juventude e Acção Climática 2024-2025, incluindo o "Programa de Voluntariado para o Ambiente" e o currículo nacional de educação ambiental.
- Promover o acesso dos refugiados e dos requerentes de asilo aos direitos básicos, nomeadamente à educação, à certidão de nascimento, ao apoio jurídico e à documentação
- Apoiar o Governo no reforço do sistema de gestão da informação sobre a protecção das crianças, a fim de melhorar a disponibilidade de dados neste domínio, e melhorar os serviços de registo de nascimento e de identidade legal através de uma abordagem mais interministerial
- Melhorar a coordenação sectorial e a assistência técnica em matéria de água, saneamento e clima, prosseguir o programa de saneamento periurbano e apoiar o desenvolvimento do sistema de informação centrado na vulnerabilidade.



Acrónimos

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento	MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
AgriPREI	Programa para a reconversão da economia informal no sector da agricultura	MAT	Ministério da Administração do Território
AgroPRODESI	Programa de Diversificação das Exportações e Substituição de Importações no Sector Agrícola	MATLab	Laboratório de Inovação do Ministério da Administração do Território
AIPEX	Agência para o Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola	MED	Ministério da Educação
AML/CFT/PTF	Combate ao Branqueamento de Capitais / Contra o Financiamento do Terrorismo / Financiamento da Proliferação	MEP	Ministério da Economia e do Planeamento
ASIS	Ferramenta de Monitorização da Seca Agrícola	MINAGRIF	Ministério da Agricultura e das Florestas
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África	MINAMB	Ministério do Ambiente
CLDH	Comités locais de direitos humanos	MINDCOM	Ministério da Indústria e do Comércio
COP28	Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas	MINFIN	Ministério das Finanças
CRVS	Registo civil e estatísticas vitais	MINJUDH	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
CSO	Organizações da sociedade civil	MINPERMAR	Ministério das Pescas e Recursos Marinhos
DHS	Inquérito Demográfico e de Saúde	MINSA	Ministério da Saúde
DPT	Difteria, tosse convulsa e tétano	MIREX	Ministério das Relações Exteriores
DRR	Resposta ao risco de desastres	MOH	Ministério da Saúde
EAF-Nansen	Abordagem ecossistémica das pescas	NDP	Plano Nacional de Desenvolvimento
ECU	Unidade de Crimes Ambientais	NPO	Organização sem fins lucrativos
BEI	Banco Europeu de Investimento	OACPS	Organização dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico
ESAAMLG	Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral	OHCHR	Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos
EU	Grupo de Combate ao Branqueamento de Capitais da União Europeia	OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
FAO	Organização para a Alimentação e a Agricultura	PBWG	Mulheres e raparigas grávidas e a amamentar
FAS	Fundo de Apoio Social	PEDR	Programa de Desenvolvimento da Extensão Rural
FARM	Formulário de Avaliação Rápida Multi-Sectorial	PHC	Cuidados de Saúde Primários
FATF	Grupo de Acção Financeira	PLANAGRÃO	Plano de Acção do Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos
FAW	Exército de outono Quente	PLANAPECUÁRIA	Plano Nacional de Fomento e Desenvolvimento da Pecuária
FFSs	Escolas de Campo para Agricultores	PLANAPESCAS	Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca
FLN	Literacia e Numeracia Fundamentais	PMTCT	Prevenção da transmissão de mãe para filho
FPMA	Ferramenta de Monitorização e Análise dos Preços dos Produtos Alimentares da FAO	PREI	Programa de Reconversão da Economia Informal
FRESAN	Reforço da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional	PRODESI	Programa de Diversificação das Exportações e Substituição de Importações
GAVI	Aliança para as Vacinas	PSEA	Prevenção da exploração e do abuso sexual
GBV	Violência baseada no género	RIMA	Medição e Análise do Índice de Resiliência
GC	Ciclo de subvenções	ROSA	Gabinete Regional para a África Austral
GDP	Produto da procura bruta	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
GF	Fundo Global	SDG	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
GHG	Gás de Efeito Estufa	SFM	Manejo Florestal Sustentável
GPE	Gabinete Provincial de Educação	SPAA	Inquérito participativo com abordagem agro-ecológica
GSAR	Estratégia global para melhorar as estatísticas agrícolas e rurais	SPARS	Plano Estratégico Nacional para as Estatísticas Agrícolas e Rurais
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana	SPCB	Serviços de Protecção Civil e Bombeiros
HLWG	Grupo de Trabalho de Alto Nível	SRHR	Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
HPV	Vírus do Papiloma Humano	SSC	Cooperação Sul-Sul
HRP	Projeto de Resiliência da Saúde	STD	Doenças sexualmente transmissíveis
ICGLR	Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos	STI	Infecções de transmissão sexual
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário	SWOP	Relatório sobre a Situação da População Mundial
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola	SYR	Salvaguardar os jovens
ILO	Organização Internacional do Trabalho	TB	Tuberculose
IMAM	Gestão Integrada da Malnutrição Aguda	UDHR	Declaração Universal dos Direitos Humanos
INAPEM	Instituto Angolano das Pequenas e Médias Empresas	UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
INBC	Instituto Nacional da Biodiversidade e Conservação	UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
INE	Instituto Nacional de Estatística	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
INEFOP	Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional	UNWOMEN	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social	USAID	Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional
iSDG model	Programa de Reconversão da Economia Informal	UJES	Universidade José Eduardo dos Santos
ITEA	Iniciativa de Transição da Economia Azul	VAS	Suplemento de vitamina A
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão	WASH	Água, Saneamento e Higiene
LADA	Avaliação da degradação da terra em terras secas	WB	Banco Mundial
LEG	Grupo de Educação Local	WFP	Programa Alimentar Mundial
LGBTQIA	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Queer, Intersexo e Assexual	WHO	Organização Mundial de Saúde
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social	WPFI	Índice Mundial de Liberdade de Imprensa

ANGOLA RELATÓRIO DE RESULTADOS 2023



NAÇÕES UNIDAS
ANGOLA

